

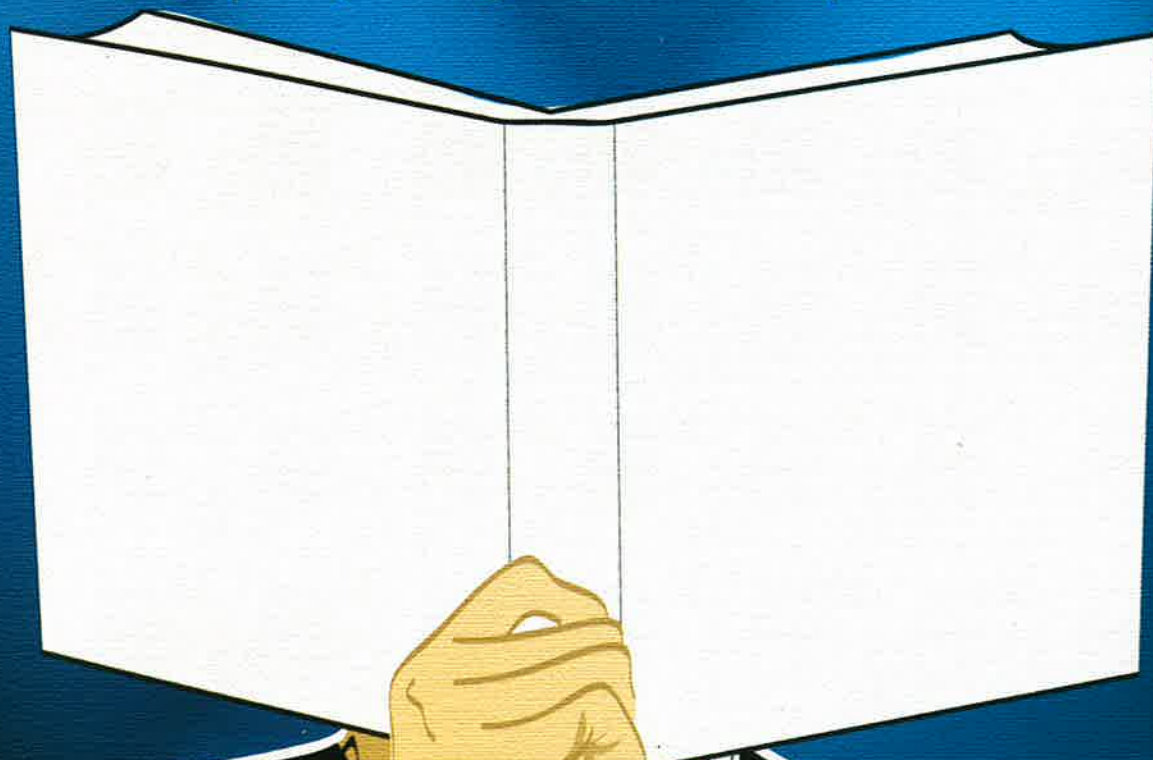
MOVIMENTO

Revista da União Nacional dos Estudantes - UNE

Nº 5 - Setembro/2002

O futuro do Brasil está em jogo

As propostas para a Educação - A crise e a herança
para o próximo governo - Uma nova política cultural



Era Paulo Renato: oito
anos de escuridão

Tata Amaral: olhar
feminino por trás das
câmeras

Bienal da UNE: ritmo
de coco e de maracatu

Índice

Editorial

01. A marca do momento

Cartas dos leitores

02. Sua palavra



Universidade

03. Universidade na era Paulo Renato:
oito anos de escuridão

07. Pablo Gentili: “A exclusão aumentou”

10. Educação Superior: um bem público
Carta da IIIª Cumbre Ibero-americana de
Reitores de Universidades Públicas



Outro país, outro mundo

12. Eleições: qual o futuro da educação?

18. Eleições: a conta fica para o próximo governo

20. Aziz Ab’Sáber: o cientista do homem
e da natureza

22. Alca: a colonização dos cérebros e dos espíritos

25. D. Demétrio Valentine: “A Alca é o vale-tudo do mercado”

28. Argentina: o colapso de um projeto

30. Movimento estudantil: por todo o mundo



Cultura

32. Eleições e política cultural:
a cultura tem que ser retirada do palco

35. Tata Amaral: um olhar feminino no cinema

37. Livros, discos & afins

38. Bienal da UNE: no ritmo do coco e do maracatu

40. Ganhando terreno: mais um passo para
reconstruir a sede do Flamengo



Turismo

42. Turismo: as delícias da vida de mochileiro

Humor

44. Humor: Márcio Baraldi



Expediente

A revista **Movimento** é uma publicação da União Nacional dos Estudantes, produzida com recursos da carteira de identificação estudantil.

Diretoria Executiva

Presidente – Felipe Maia

1º Vice-Presidente Nacional –
Ademário Sousa Costa

2º Vice-Presidente Nacional –
René François Batista Rodrigues

Secretário-Geral –

Marcello Mota Gadelha

1º Secretário –

Hermano Rocha de Melo

2º Secretário –

Luis Cláudio Messa Longo

Tesoureiro Geral –

André Fettermann Coutinho

1º Tesoureiro –

João Luís Grando

Diretor de Comunicação –

Fabiana de Souza Costa

Diretor de Escolas Particulares –

Saney Santos Sampaio

Diretor de Escolas Públicas –

Anderson de Souza Campos

Diretor de Políticas

Institucionais – Danilo Moreira

Edição

Reportagem: Gabriela Moulin,
Gisela Mendonça, Luciana Bento,
Pedro Venceslau e Sérgio Kakitani

Texto final e edição:

Gisela Mendonça

Projeto gráfico e editoração:

Maria Fígaro

Ilustrações: Vicente Mendonça

Sede nacional da UNE:

Rua Vergueiro, 2485 –

Vila Mariana – São Paulo – SP –

CEP: 04101-200

Fone/fax: (11) 5574-7821

Sítio na Internet:

www.estudentenet.com.br

Endereço eletrônico:

revistamovimento@une.org.br

EDITORIAL

A marca do momento

Certos momentos marcam definitivamente a vida de um país. Aquele 1º de abril de 1964 deixou triste memória, e o prenúncio do obscurantismo que viria a seguir foi a imagem do incêndio da sede da UNE na Praia do Flamengo, cuja foto correu mundo como símbolo da truculência e do desrespeito às liberdades democráticas de um regime que durou até o final da década de 80.

Recentemente, num ato que comemorou os dez anos do impeachment, um diretor da UNE da época levou recortes de jornais que noticiavam aquele grande movimento de 1992, no qual a UNE também deixou sua marca – nos rostos dos estudantes que lotaram as ruas para derrubar Fernando Collor e na vida deste país, que acabava de retornar à democracia.

Ao comemorar no final de julho passado, junto com Marcelo Cerqueira (que em 1964 ocupava a vice-presidência da entidade e que teve que fugir dos militares e do incêndio da sede naquele dia de abril, e que hoje é advogado da UNE), um importante passo na retomada do terreno da Praia do Flamengo, foi impossível não pensar na grande possibilidade de este momento novamente ser marcante.

A volta do terreno para as mãos da UNE tem um grande significado, e carrega uma grande esperança. O patrimônio dos estudantes deve abrigar ali, em breve, um grande centro cultural, capaz de ser espaço para o novo nas artes, na música, no teatro, nas idéias, nos movimentos que acontecem no Brasil.

A esperança reside também na possibilidade real de que tudo isso aconteça num país diferente, com outro governo. Um governo que, ao contrário deste que encerrará melancolicamente seus dois mandatos, seja adorado por professores, e não por banqueiros; traga a marca da justiça social, e não da desigualdade; seja lembrado pelo seu grande projeto nacional, e não pela sua submissão.

Este número da **Movimento** é praticamente todo dedicado às eleições – nas suas implicações para a educação, a cultura, a ciência, o desenvolvimento nacional. Se depender da UNE, este momento eleitoral também entrará para a história, como um daqueles momentos em que o povo consegue dar uma grande virada e fazer seu próprio destino.

Felipe Maia

Presidente da UNE



Sua palavra

*O que pensam – e escrevem –
os leitores da Movimento*

No caminho certo

Eu gostei muito da revista. Pelo o que observo nas atitudes culturais dos estudantes universitários brasileiros, eu acho que vocês marcaram um tento ao fazer uma revista eminentemente cultural. É muito difícil vencer os burocratas deste país, destes políticos mal preparados, se não tiver boas idéias. E a revista discute assuntos fundamentais: a tragédia da imposição de uma globalização que não é globalização cultural, mas sim uma globalização imposta sob atmosfera de colonização de enquadramento financeiro. Basta isso para dizer que vocês estão no caminho certo. Por outro lado, fundar uma revista tem a responsabilidade da continuidade. E eu aconselho a UNE a conservar a mesma morfologia e o mesmo acervo cultural.

Aziz Áb'Sáber, presidente de honra da SBPC

Mais proximidade

A revista Movimento da UNE tem tido o importante condão de aproximar o estudante e as entidades de base tanto da UNE quanto de assuntos importantes que influenciam diariamente a vida do estudante. Aqui em Santos ela tem sido muito elogiada por políticos, advogados e estudantes a quem temos entregue, justamente pelo importante conteúdo que contém, e a abordagem séria e competente sobre os assuntos tratados. Parabéns pela edição da revista. Que este movimento continue sempre, em defesa dos estudantes e do Brasil! Espero que esteja servindo de modelo para outras entidades.

Dave Lima Prada, Centro dos Estudantes de Santos

Mais Movimento

Com certeza esta revista é um avanço para o movimento estudantil em nosso país, pois colabora para que estudantes das mais distintas universidades e cursos tenham ciência, sendo favorável ou não, a como vem se posicionando a UNE. Gostaria de refletir se não seria melhor que a Movimento possuísse mais páginas e/ou uma tiragem maior (ainda que em preto-e-branco e com qualidade de papel inferior à atual). Pois o grande desafio da revista, na minha opinião, é ter uma ampla distribuição. Então, vai uma sugestão: vamos tentar estabelecer um "circuito de distribuição" que possa divulgar a revista e todas as publicações do movimento estudantil, lembrando o modelo da distribuidora que o CPC possuía e o que estamos tentando construir atualmente com o Cuca.

Thiago Barreto Bacellar Pereira
(tbbp@bol.com.br)

**Centro Acadêmico de Ciências Sociais -
Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

Como receber?

Sou estudante da UFMG e gostaria de receber a revista Movimento em casa. É possível? Como faço para receber?

Marcos da Silva e Souza

Resposta da redação:

Infelizmente, ainda não temos assinatura da **Movimento**. A revista é distribuída pelos centros acadêmicos e DCEs. Procure as entidades da sua universidade ou a sede da UEE/MG – Rua Bernardo Guimarães, 1.323, Lourdes, Belo Horizonte, MG - CEP: 30140-080. Fone: (31) 3213-0891.

As cartas devem ser enviadas para o endereço eletrônico revistamovimento@une.org.br ou para a sede da UNE – R. Vergueiro, 2485 – Vila Mariana – São Paulo – SP.

A redação da revista reserva-se o direito de resumir ou publicar trechos das cartas enviadas.



Oito anos de escuridão

Ao final de dois mandatos de Fernando Henrique, com Paulo Renato à frente do Ministério da Educação, a universidade pública perdeu verbas, sofreu cortes de investimentos, teve sua manutenção comprometida e suas pesquisas ameaçadas. Mas nem todos foram assim infelizes nesse período que se encerra. Empresários do ensino viram seus negócios e seus lucros engordarem como nunca

Nada mais simbólico para ilustrar a situação em que chega o ensino superior ao final dos últimos oito anos: a escuridão tomou conta da universidade pública. No último dia 5 de agosto, a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), maior instituição de ensino superior federal do país, acordou às escuras. A luz havia sido cortada pela Light, empresa energética do Estado, a quem a universidade deve cerca de R\$ 7 milhões.

O episódio da UFRJ não é isolado. A falta de verbas que fez a instituição ficar às escuras é um mal que atinge em cheio todo o sistema federal de ensino superior do país. A universidade carioca é também simbólica por ter sido duplamente atacada pela política implantada pela dupla FHC/Paulo Renato.

“O caso da UFRJ tem dois componentes básicos. O primeiro é que a gestão anterior não teve respaldo da comunidade, foi imposta, e teve muitas dificuldades.



Até pagamentos básicos foram comprometidos. O segundo é que o financiamento dado às universidades federais não é adequado nem compatível”, avalia Mozart Neves, presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes). A universidade, portanto, foi vítima da truculência do governo federal, que desrespeitou uma consulta feita na comunidade universitária e indicou um títere para ocupar a cadeira do reitor. A reação, evidentemente, foi forte – o reitor imposto levou meses para conseguir entrar na universidade e foi alvo de protestos até o final do seu mandato. Deixou uma dívida de negligência, desrespeito e falta de compromisso com o patrimônio público. Este fato, somado à falta crônica de verbas, colocou a UFRJ na situação calamitosa em que se encontra.

Mozart Neves diz que houve um momento crucial, que demonstrou a opção do governo de não investir no ensino superior público. Durante anos, entidades e parlamentares travaram um extenso debate sobre o Plano Nacional de Educação (PNE), que finalmente chegou a uma proposta final votada em 2000 no Congresso Nacional, que determinava um aumento de investimentos na educação de 4,5% para 7% do PIB. “O presidente vetou o artigo que tratava do

aumento de verbas e aí comprometeu o financiamento das universidades. Não adianta querer expandir vagas, como fizeram as universidades federais mesmo com toda dificuldade do período, sem ter verbas suficientes para isso. Não se pode comprometer a qualidade, um dos grandes bens da nossa universidade pública”, lembra o reitor.

Os recursos não só deixaram de aumentar como minguaram significativamente: entre 1995 e 2000 houve uma redução real de 17% nas verbas de manutenção das universidades federais. De outro lado, além de aumentar o número de matrículas, as instituições tiveram que arcar com aumentos expressivos das tarifas públicas (que, em tese, deveriam ser “controladas” pelo governo). As empresas de energia e telefonia privatizadas, por exemplo, promoveram neste período aumentos muitos superiores ao índice de inflação. O resultado, evidentemente, só poderia ser a escuridão.

O fracasso do modelo

Ao sufoco da universidade pública correspondeu uma grande expansão do ensino superior privado. Em 1985, existiam 859 instituições no país. Com aval e incentivo do governo federal, apenas em 2000 foram abertos 1.180 cursos novos e 99 faculdades particulares. Hoje, das

1.180 instituições de ensino superior do país, 1.004 são particulares. Essas escolas abrigavam, em 2000, 67% dos estudantes. O estrondoso aumento de cursos oferecidos no período – 170% – fez a educação ser não só um dos negócios mais lucrativos do país como ocupar lugar de destaque na economia.

Segundo dados apresentados em uma extensa reportagem da revista *Exame* que circulou em abril deste ano, “a conta da educação representa cerca de 9% do PIB, ou 90 bilhões de reais, segundo estimativas da Ideal Invest, consultoria paulista especializada em negócios do ensino. É um valor próximo do que movimentam – juntos – os setores de telecomunicações e energia. Só o faturamento das instituições privadas de ensino superior aumentou de cerca de 3 bilhões em 1997 para 10 bilhões de reais em 2001”.

Todo o discurso do governo Fernando Henrique, desde o primeiro mandato, foi que era preciso “democratizar” o acesso ao ensino superior. O caminho adotado, diante da alegada falta de recursos públicos para ampliar as vagas nas universidades federais foi de deixar para o mercado esta nobre tarefa. Ao final



Número de estudantes de nível superior

1992 – 1,433 milhão

1999 – 2,525 milhões

Aumento: 76,2%

Matrículas dos 20% mais ricos da população

1992 – 67,1% do número de alunos matriculados no ensino superior

1999 – 70,78% do número de alunos matriculados no ensino superior

Matrículas dos 20% mais pobres da população

1992 – 1,3% do número de alunos matriculados no ensino superior

1999 – 0,9% do número de alunos matriculados no ensino superior

da década, o governo comemorava com alarde a grande expansão de matrículas como um feito sem precedentes na história do país.

No entanto, uma pesquisa desenvolvida pelo sociólogo Simon Schwartzman (ironicamente um dos grandes defensores do modelo do governo) provou justamente o oposto. Usando dados das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios do IBGE, o estudo provou que houve na verdade elitização do ensino superior no período, como mostram os quadros expostos nesta matéria. Na avaliação do sociólogo, “o aumento da matrícula significou a intensificação do acesso dos estratos mais altos ao ensino superior, que não era muito grande. Para as camadas sociais mais pobres, não mudou muita coisa”. O que mudou foi para pior – ficou mais difícil para os pobres que conseguem concluir o ensino médio chegar à universidade.

Sobram vagas: para os ricos

Não é difícil chegar à conclusão de que este modelo nunca vai democratizar o acesso ao ensino superior. Hoje, as universidades particulares já têm uma ociosidade de cerca de 25% das

vagas, além da crescente inadimplência. O motivo é um só: os alunos não conseguem arcar com as mensalidades altíssimas, cobradas por um ensino no mínimo duvidoso.

Dados do próprio MEC indicam que está na universidade pública o caminho para a democratização. É lá onde os alunos mais pobres conseguem estudar. Uma análise do questionário socioeconômico aplicado durante o provão mostra que nas instituições federais 24,4% dos formandos declararam em 2000 ter renda familiar mensal superior a 3.021 reais. Nas particulares, essa porcentagem era de 31,5%.

O fracasso do modelo adequado fica evidente para o objetivo propagandeado, que era de democratizar o acesso ao ensino superior. Mas o sucesso é evidente na política para abrir caminho para a completa privatização do ensino superior brasileiro.

Na verdade, o crescimento do ensino privado se aproveita de três formas do outro lado da moeda, que é o sucateamento da universidade pública. Primeiro, acaba representando o único caminho de atendimento da demanda por vagas no ensino superior, já que estas tiveram aumento ínfimo nas instituições públicas. Segundo, as escolas particulares se beneficiaram de um “libe-

rou geral” do ponto de vista da regulamentação do Estado, o que transformou a educação superior em um supermercado de títulos e cursos. E, por fim, aponta o professor Pablo Gentili, da UERJ, “algumas instituições se beneficiaram de recursos financeiros diretos ou indiretos, concedidos por governos que sistematicamente demonstram mais generosidade com o lobby empresarial que controla a educação superior privada do que com os reclamos da comunidade acadêmica que atua nas instituições públicas”.

Privatização disfarçada

Além do grande incentivo à proliferação do ensino privado, ocorreu um movimento forte para a privatização das instituições públicas de ensino. Apesar de a cobrança de mensalidades não ter sido implantada (mesmo que sucessivamente defendida por vários setores do governo e por documentos do FMI e do Banco Mundial), o caminho da privatização tem sido trilhado por outras vias. “Apesar de o governo não ter conseguido transformar as universidades federais em fundações de direito privado, houve forte tendência de privatização interna, com proliferação de fundações privadas no interior das instituições públicas; estrangulamento de verbas para pesquisa e imposição da alternativa de convênios com empresas; transformação

da extensão universitária em venda de serviços; cobrança de taxas inconstitucionais (como em cursos de especialização, extensão ou mestrados profissionalizantes)”, denuncia o professor Luiz Carlos Lucas, presidente da Andes – Sindicato Nacional.

Esta política, mais uma consequência direta da asfixia de recursos, serve também para abrir caminho para a grande negociata mundial – a educação poderá, em breve, se forem concluídas as negociações em curso na Alca e na OMC, ser objeto de compra e venda, como qualquer serviço. “Esta proposta fere a liberdade, o desenvolvimento cultural e compromete a soberania do país. Até março, essas negociações devem se concluir e é preciso lutar para que a educação não seja tratada como mercadoria”, aponta o presidente da Andifes.

Desafios do próximo governo

Reverter o quadro crítico de crise nas universidades públicas (ampliando consideravelmente os recursos e promovendo aumento de vagas) e de falta de qualidade e mensalidades altas nas universidades privadas vai exigir do próximo governo uma grande mudança de rumos, que deve enfrentar interesses poderosos.

O primeiro deles é o compromisso com o famoso superávit fiscal, exi-

gido pelo FMI, que impõe cortes expressivos em todas as áreas sociais. Para o presidente da Andes, “não vai adiantar o próximo governo expressar muita boa vontade com o setor educacional se for submisso às metas de superávit fiscal. Para reverter a situação atual será necessário garantir recursos públicos para as universidades federais não só recuperarem boas condições de funcionamento mas também ser capaz de oferecer uma forte expansão de vagas. E não vai ter dinheiro para isso se o governo quiser cumprir a meta de superávit mínimo de 3,75%”.

Da mesma forma, os novos governantes, se quiserem romper com este modelo fracassado, terão que enfrentar um grande lobby empresarial, que já envolve empresas de consultoria e grandes grupos empresariais nacionais e estrangeiros, como o americano Apollo Group. O maior grupo empresarial do ensino dos Estados Unidos não teve que esperar a Alca ou a OMC para fincar raízes no Brasil. Desde 2001, é sócio do Pitágoras, um grande grupo de ensino de Minas Gerais. Os dois já abriram em sociedade uma faculdade. Eles deixam claro que pretendem sair na frente numa grande transformação: “a educação, tradicionalmente encarada como instituição, terá que ser uma atividade que produza receitas, crie empregos e gere lucros”.

Ou seja, a batalha será pesada.

Entrevista

“A exclusão aumentou”

O professor Pablo Gentili é pesquisador do Laboratório de Políticas Públicas da UERJ e professor do programa de pós-graduação desta universidade. Um dos projetos de pesquisa em que está envolvido faz uma análise comparativa das reformas estruturais na educação latino-americana na era do neoliberalismo.

Para falar sobre os principais resultados da pesquisa, a crise na educação pública e sobre como se aprofundou o processo de exclusão dos pobres durante a década de 90 no continente, conversamos com Pablo Gentili e reproduzimos, a seguir, os principais trechos da entrevista

Por Luciana Bento



Foto: Luciana Bento

Movimento – O que tem mostrado a pesquisa desenvolvida sobre a questão da Educação na América Latina?

Pablo Gentili – Podemos reconhecer que na América Latina aconteceram dois processos simultâneos, que parecem ser contraditórios. A primeira tendência é que durante as décadas de 80 e 90, em todo o continente, mas especialmente no Brasil, aumentaram de forma muito significativa as possibilidades de acesso e permanência dentro do sistema educacional. Isso levou vários ministros a comemorar o aparente fim da exclusão educacional. Mas ao mesmo tempo, durante o mesmo período, os indicadores de pobreza pioraram em toda a América Latina, que hoje tem o maior número de pobres da sua história, mais de 220 milhões. A primeira coisa que deve-

mos nos perguntar é o significado do aumento do acesso a educação e do aumento significativo da piora das condições de vida da população. No Brasil, um terço da população vive abaixo da linha da pobreza, com renda inferior a 80 reais por mês. São níveis de injustiça social que atrozariam qualquer sociólogo acostumado a pesquisar a situação de vida na África; é uma disparidade que faz com que a América Latina seja hoje a região mais injusta do planeta. Claramente, mais do que comemorar o fim da exclusão educacional, é preciso tentar compreender como estão se produzindo hoje novas formas de instrução educacional que estão vinculadas não à negação do acesso a escola, mas à possibilidade de acesso a um tipo muito específico de escolaridade.



“ A exclusão que antes estava na porta da escola, numa barreira que impedia o acesso à escola, agora se transferiu para o interior do sistema educacional. Uma coisa é ter acesso a escola, outra é ter direito à educação ”

Movimento – Mas se ampliaram as vagas, construíram mais escolas, o que aconteceu?

Gentili – Não construíram mais escolas, os investimentos em infra-estrutura foram muito baixos. O que aconteceu na verdade, e está muito mais vinculado à luta dos movimentos populares do que a generosidade dos governos neoliberais, é que a população briga e luta para ter acesso ao sistema educacional. O que podemos reconhecer é que a exclusão educacional que antes estava, geograficamente, na porta da escola e numa barreira que impedia o acesso à escola, agora se transferiu para o interior do sistema educacional. Hoje o conglomerado de instituições denominado sistema educacional brasileiro se ampliou, se universalizou, mas está totalmente fragmentado, segmentado, estilhaçado, partido. A única unidade é lingüística. Uma coisa é ter acesso a escola, e a outra é ter direito à educação.

Movimento – Qual a diferença?

Gentili – O processo de escolarização se reduz à oportunidade muito limitada de acesso ao conhecimento. Escola pública na América Latina de uma forma geral é escola para pobres, a instituição que educa os pobres; se ela é boa ou ruim é uma outra discussão. Ao mesmo tempo em que a pobreza aumentou, os governos investiram cada vez menos no financiamento do que se denomina a oferta educacional. Os governos neoliberais durante as décadas de 80 e 90 investiram pouco em infra-estrutura básica do sistema educacional. Os investimentos se reduziram ao que chamamos de modernização periférica de escolas: compraram computadores, aparelhos de fax, antenas parabólicas. Na Argentina, por exemplo, compraram estes aparelhos e 1.600 escolas estão sem energia elétrica. Muitas escolas tinham aparelhos de fax antes de energia elétrica, e o mesmo aconteceu no Brasil. Os únicos recursos ex-

ternos que tivemos, empréstimos do BID, do Banco Mundial, foram para investir nisso. As condições estruturais no sistema pioraram significativamente. E as condições de trabalho também: os professores hoje têm mais horas de trabalho, salários menores, piores condições de estrutura. São estas coisas que colocam em interrogação o que significa o direito à educação. Durante muito tempo se pensava que direito à educação é ter acesso à escola, mas hoje essa relação se quebrou. Educação pública hoje é este conglomerado de instituições em extrema vulnerabilidade, extrema precariedade, onde o pobre luta de forma heróica para tentar garantir um direito que lhe é negado.

Movimento – Mudou bastante também o conceito de que escola garantia emprego e ascensão social, não é?

Gentili – Isso coloca em evidência uma questão fundamental. Primeiro, o projeto de desenvolvimento educacional sempre é vinculado a um modelo de desenvolvimento social mais amplo. Existe a idéia de que a violência acaba se tiver educação, o desemprego melhora se tiver educação, mas não é assim. Mas, na verdade, educação melhora se as condições de vida são melhores, isso está vinculado a um modelo de desenvolvimento. Na década de 80 e 90 se configurou um modelo definitivamente excludente, que não cria espaço de sobrevivência para uma boa parte da população.

Movimento – Você falou que antes os movimentos sociais reivindicavam uma vaga na educação. O que hoje seria uma bandeira mais atualizada?

Gentili – Essa é uma questão delicada. Os movimentos populares percebem que estar fora das escolas é estar fora de muitas oportunidades, apesar de saberem que não é o fato de estar dentro das escolas que as oportunidades se multiplicam milagrosamente. A questão

é que durante muito tempo a escola teve como critério uma idéia de legitimidade que hoje está se desestabilizando. Por exemplo: a educação igual à renda e emprego, o melhor caminho para a riqueza é a educação, isso tudo é no mínimo questionável. Afirma-se que a escola acaba com a marginalização, drogas e violência, e estas questões nunca foram tão graves quanto hoje. Então, alguma coisa não está funcionando. É preciso colocar a escola no seu devido lugar, no lugar limitado que tem como instituição social. Senão, tudo acaba no ônus da escola, como algo que a escola faz mal. É como se todos os problemas que a sociedade vive fossem culpa da escola. E o próprio poder público faz essa propaganda. O ministro Paulo Renato disse que a escola está malfeita, os professores mal formados, os alunos tiram notas baixas. O ministro Malan diz que por culpa da educação o desemprego não diminui. O ministro da Justiça diz que o aumento da violência é por culpa da escola. Mas não se formam jovens para ter um emprego, para ter uma vida digna.

Movimento – Tudo isso abriu caminho para privatização?

Gentili – Sim e não. Sim, porque existe o desprestígio da escola pública, que deu para escola privada o lugar para ocupar o espaço. Cria-se esta coisa de que a escola pública é a ruim e a escola privada é a boa. Mas não é assim, a escola privada também se segmentou. Na década de 80 alguns setores da classe média optaram pela escola particular como uma saída da escola pública, na confiança de que na medida em que se pagassem poderiam reclamar.

Movimento – E no caso do ensino superior?

Gentili – No ensino superior a situação é diferente porque a universidade pública, diferente da escola média fundamental, é mais elitista. A universidade particular cresceu de uma forma muito impressionante. Nestas duas

décadas a demanda de acesso à universidade cresceu muito, os setores populares que superaram obstáculos e conseguem uma vaga no ensino superior, conquistam uma vaga num sistema privado de ensino superior altamente precário; salvo algumas poucas exceções, a maioria destas universidades são fábricas de diplomas.

Movimento – Você disse que a classe média paga pelo ensino para poder reclamar. Hoje é muito forte essa idéia de o aluno ou o pai serem consumidores, a educação é um serviço, e a qualidade se resume à formação técnica para o mercado...

Gentili – O que é público não é de ninguém e o que é privado é meu, tenho o direito de reclamar. A qualidade hoje é ligada à questão da utilidade, a educação de qualidade é aquela que melhor tem mercado de trabalho. Isso é uma grande conquista ideológica do neoliberalismo. O maior problema que eu vejo para classes progressistas é definir a qualidade fora destes parâmetros. Temos muitos problemas para definir melhor o que é qualidade social. Essa qualidade social parece pouco definida, pouco operacional. Então, abandonar este conceito de qualidade ruim é como abandonar a discussão sobre a política democrática num contexto altamente antidemocrático como é o contexto sócio-universitário. Nenhuma pessoa com senso de justiça pode negar este fato.

Movimento - Por quê?

Gentili – Porque são instituições que discriminam socialmente. São os privilegiados que estão na universidade, para passar no vestibular das universidades públicas é preciso ter o capital intelectual, o que está associado ao capital de dinheiro. Então, índio e negro não entram na universidade. As universidades federais têm muito mais cursos de manhã e de dia, à noite é um deserto.



“ A educação melhora se as condições de vida melhoram. Isso está vinculado a um modelo de desenvolvimento, e nos anos 80 e 90 vigorou um modelo excludente, que não permite sequer a sobrevivência de boa parte da população ”

Educação um bem

No mês de abril, entre os dias 25 e 27, reitores das universidades públicas da América Latina, mais Portugal e Espanha, se encontraram em Porto Alegre, para discutir a educação pública superior. A União Nacional dos Estudantes participou dos debates, que enfocaram o tema "Universidade Pública: Educação e Desenvolvimento". A reunião produziu um texto assinado por todos os reitores e entidades presentes. No documento, é reafirmado o compromisso com uma visão de educação superior como um bem público e é feito um alerta sobre a inserção da educação no livre comércio. Denuncia ainda o processo que toma forma para que essa inserção se concretize. Leia abaixo a Carta de Porto Alegre, aprovada no III Cumbre Ibero-americana de Reitores de Universidades Públicas



superior: público

Reunidos em Porto Alegre, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, por ocasião da IIIª Cumbre Ibero-americana de Reitores de Universidades Públicas, reitores, diretores de instituições e associações de educação superior e autoridades acadêmicas manifestam sua profunda preocupação frente às políticas implementadas pela Organização Mundial do Comércio (OMC), que favorecem a comercialização internacional dos serviços de educação, assemelhando-os a simples mercadorias. Os poderosos interesses que sustentam estas políticas pressionam pela transformação da educação superior num lucrativo mercado de âmbito mundial e pela desregulamentação e eliminação de todo controle de qualidade de natureza legal, política ou fiscal.

A proposta de entregar a educação superior ao livre comércio se inscreve num processo continuado de drásticos cortes no financiamento público e de fomento à globalização da educação privada, levando a que os Estados abandonem sua função política específica de orientação, direção e gestão em áreas de sua responsabilidade social. Estas proposições ferem seriamente as políticas de equidade, indispensáveis para o equilíbrio social, em especial nos países em desenvolvimento, e necessárias para corrigir as desigualdades sociais, e trazem sérias conseqüências para nossas identidades culturais. Elas perturbam, igualmente, a consolidação e a transmissão dos valores

éticos e culturais, afetando nossas aspirações de alcançar uma sociedade mais democrática e justa através de um desenvolvimento sustentável. A educação superior, cuja missão é definida com base na sua concepção de um bem social público destinado à melhoria da qualidade de vida de nossos povos, atende a todos estes aspectos.

Sua transformação em simples mercadoria ou objeto de especulação no mercado, através da comercialização internacional, certamente a impedirá de cumprir tão importantes funções. Por último, entre os graves problemas que resultam de tais posicionamentos, cabe mencionar a uniformização acrítica da educação e o grave dano que isso significa para a soberania nacional e dos povos.

Por estas razões, os reitores e acadêmicos ibero-americanos aqui reunidos, reafirmando os compromissos assumidos pelos governos e pela comunidade acadêmica internacional em outubro de 1998, em Paris, na Conferência Mundial do Ensino Superior, que consideram a educação superior como um bem público, alertam a comunidade universitária e a sociedade em geral sobre as conseqüências nefastas dessas políticas, e requerem aos governos de seus respectivos países que não subscrevam compromissos nessa matéria no contexto do Acordo Geral sobre Comércio e Serviços (GATS) da OMC.

Porto Alegre, 27 de abril de 2002

Qual o futuro



da educação?

Esta pergunta foi feita pela UNE a todos os candidatos a presidente da República. Apesar de todos incluírem em seus programas a necessidade de “grande atenção” ao sistema educacional, os projetos são ainda pouco detalhados. Mas já indicam alguns rumos fundamentais para os valores da educação – ou para a educação continuar sem valor

Por Pedro Venceslau

Uma rápida olhada nos programas de governo dos candidatos a presidente da República pode deixar a impressão de que consensos não faltam entre eles quando o assunto é educação. Todos falam democratizar o acesso ao ensino público, tanto superior quanto básico e prometem expandir o número de vagas. Também defendem, em coro, uma remuneração mais justa para os professores.

Faltam, entretanto, propostas mais acabadas e detalhadas em todos os programas. O que o próximo governo fará exatamente só estará claro depois das eleições, até porque a educação é parte do projeto de desenvolvimento do país. Dependendo de qual projeto vencer, o destino da educação estará traçado.

“Eu gostaria de ver alguma pro-

posta consistente dos candidatos na área da educação. Alguma proposta que levasse em conta a educação como um processo. Falta profundidade, falta comprometimento em fortalecer o sistema público”, opina a reitora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Wrana Panizzi. Em seus seis anos no cargo, Wrana nunca deixou de estudar o sistema público de ensino superior e de defendê-lo com unhas e dentes. “O próximo presidente não pode corroborar com as diretrizes da OMC (Organização Mundial do Comércio), que trata educação como mercadoria. A Universidade não pode ser formadora apenas para o mercado, ela deve ser fixadora de valores e precisa de investimento público”, afirma a reitora, ao lembrar que, das 900 mil vagas disponíveis no ensino superior privado, apenas um terço está ocupada.



“Os candidatos falam em expandir vagas, mas não falam como. No sistema privado não pode ser. Ele está impossibilitado de crescer mais, uma vez que o número de alunos com uma renda compatível com o valor das mensalidades já extrapolou”, explica o professor Nelson Cardoso do Amaral, ex-vice-reitor da UFG (Universidade Federal de Goiás) e autor de uma tese de doutorado que deveria servir de referência para todas as candidaturas: *Estado e financiamento da Universidade no Brasil: o fundo público federal e as instituições*.

Rumos diferentes

Para conhecer melhor o que cada um dos candidatos pensa sobre educação, **Movimento** se debruçou nas propostas, dissecou programas de governo, entrevistou teóricos das candidaturas e pesquisou entrevistas e declarações relacionadas à educação, dadas por Lula, Ciro Gomes, José Serra, Antony Garotinho e José Maria de Almeida.

A retórica de defesa da universidade pública está presente em todos os discursos. Especialmente sobre os cursos noturnos, que permitem ao aluno manter-se trabalhando

O que os candidatos pensam sobre o **Provão**



enquanto estuda. Só que na hora de dizer como isso será feito, aparecem as diferenças. “A política educacional do meu governo será voltada ao ensino público, no sentido de aumentar a escolaridade do povo brasileiro e garantir a universalização do acesso ao ensino superior, através de um crédito educativo financiado pela Caixa Econômica Federal”, promete Antony Garotinho. Ele ainda propõe federalizar uma experiência adotada por seu governo no Rio: o Centro de Educação Superior a Distância. Para bancar essas duas propostas, Garotinho diz que vai criar um fundo de incentivo ao ensino superior, nos moldes do Fundef. O que ele não explica é de onde virão esses recursos.

Para Nelson Cardoso do Amaral, a saída para conseguir recursos na educação não está em remanejar verbas do setor. “É necessário diminuir as despesas com juros das dívidas interna e externa. Em 1995, gastou-se 4% do PIB com juros. Em 2002, esse número saltou para 8,6%”, aponta ele. Mas e o FMI, como reagiria? “O aumento da taxa do PIB investido em educação deve ser negociado com a Banca Internacional com muito cui-

dado e depois de um amplo acordo com os parceiros do Mercosul e de uma aliança com o bloco asiático. Afinal, estamos todos vivendo um momento de crise profunda”, explica o professor.

O programa de Lula é enfático no compromisso com a gratuidade do ensino público e com os investimentos do governo. “A gratuidade é uma conquista do país, que nós vamos defender a todo custo. Ensino não é uma questão de mercado. Nós vamos ampliar o papel do estado na educação. E vamos ampliar o crédito educativo”, afirma o coordenador de programa de governo do PT e prefeito de Ribeirão Preto, Antônio Pallocci.

No governo de Lula, a promessa é a ampliação de projetos já aplicados com sucesso em várias prefeituras e governos do PT, os programas Bolsa Escola, Bolsa Trabalho e Bolsa Comunitária. “Não basta a vaga. É preciso garantir estrutura para a família. Em Ribeirão, por exemplo, 2000 jovens já estão trabalhando em estágios comunitários”, diz Pallocci.

Ciro Gomes dirige sua proposta de democratização do ensino para a classe média: “Vamos atrair a clas-

se média ao sistema público de educação, transformá-la em fiadora da qualidade do serviço e libertá-la do ônus da mensalidade”, promete o site oficial do candidato. Ainda em seu canal eletrônico, Ciro chama a atenção com duas propostas inéditas e no mínimo polêmicas. A primeira é acabar com o vestibular e substituí-lo por provas federais administradas aos alunos em cada um dos três últimos anos do segundo ciclo – sendo as vagas obtidas de acordo com a média das notas das provas. A outra é criar um “agressivo” sistema de bolsas de estudos avançados no estrangeiro. Fica no ar a pergunta: não seria interessante garantir, primeiro, dinheiro público para o desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão nas universidades públicas brasileiras, profundamente maltratadas nos últimos anos?

O candidato governista, José Serra, faz uma defesa mais tímida, dúbia e confusa do sistema público de ensino. E promete seguir o caminho percorrido por Fernando Henrique: “A cobrança na universidade pública é uma falsa questão, a verdadeira questão está embutida na sua pergunta: democratizar as possibilidades de acesso às universida-



Lula: O atual sistema de avaliação é muito restrito a rankings. O novo sistema deve ser sucedido por um conjunto de medidas. É preciso que a avaliação resulte de um

planejamento educacional, que inclua professores, alunos e especialistas.



Ciro: Não aborda esse tema em seu site oficial, nem na primeira versão de seu Programa de Governo. Seus

assessores também não souberam dar essa informação, ressaltando apenas que ele é contra o vestibular.



Garotinho: O Provão deverá ser reformulado, passando a considerar não apenas a situação de um

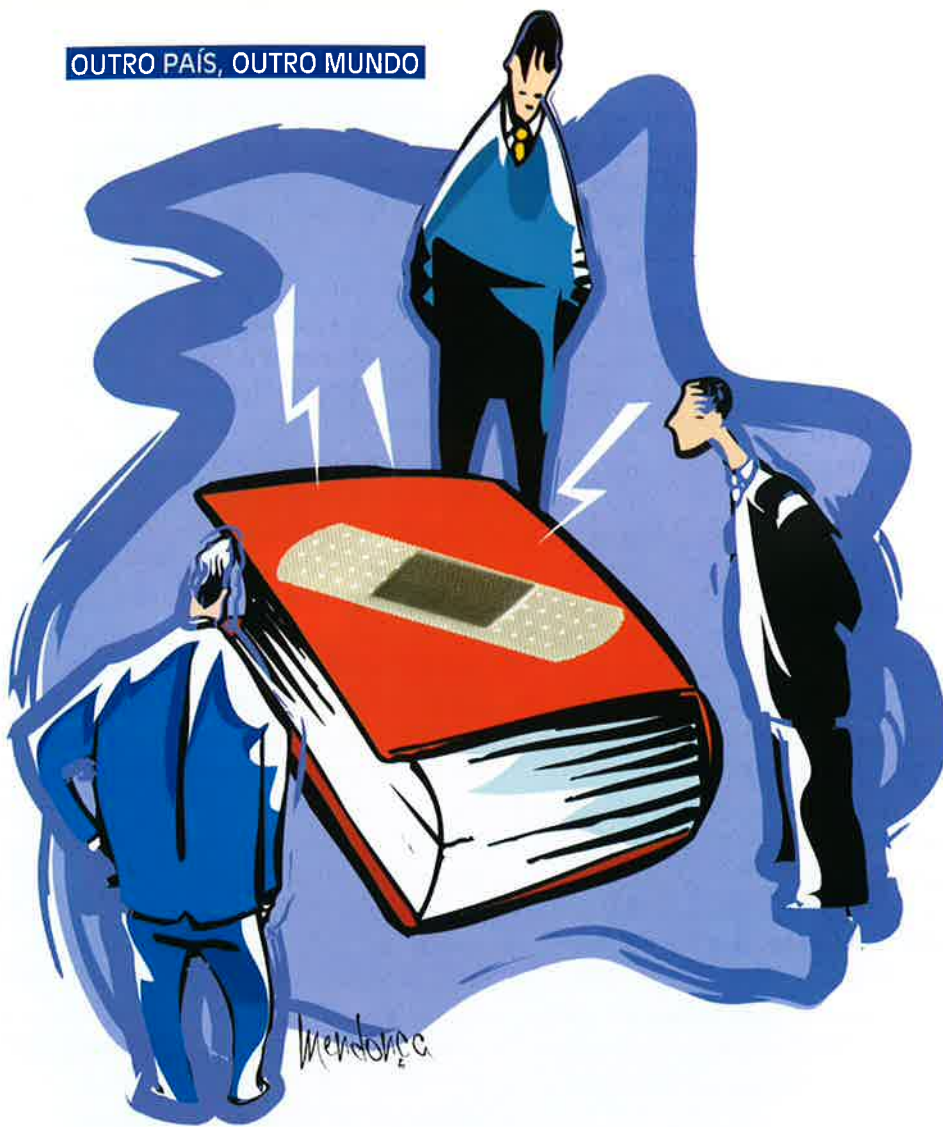
determinado curso em relação a outro, mas em relação a ele mesmo. O que é mais importante para o país: uma faculdade que recebe um aluno mediano e o transforma em conceito B ou um curso que já recebe um aluno que, pelo processo de vestibular, entra conceito A e pelo Provão acaba sendo conceito B?



Serra: Manter, sofisticar e ampliar o Provão. Foi uma das coisas mais positivas feitas pelo Governo Fernando Henrique. Virou uma referência de qualidade para o sistema.



José Maria: contra o Provão ou qualquer outra avaliação punitiva do ensino superior.



des públicas. Trata-se de um processo de longa duração, demos passos importantíssimos nos últimos anos e vamos persistir nessa direção”, disse o tucano em uma entrevista enviada por seus assessores, por e-mail, para a redação de *Movimento*. Para finalizar esse tema, Serra pega carona nas propostas de seu concorrente e propõe o “aumento de vagas nos períodos noturnos nas universidades públicas”. Mas não se compromete em dar dotação orçamentária extra para que as universidades possam concretizar tal proposta.

A principal proposta do candidato José Maria de Almeida é estatizar o sistema privado de ensino. Esse processo se daria de formas diferentes, dependendo do estado, e as instituições pagas seriam anexadas às federais ou estaduais. A proposta se estende a todos os níveis do ensino: do básico ao superior. “Todas as nossas propostas partem de três premissas: não à Alca, ao pagamento da dívida externa e ao FMI. Com a Alca, a educação vai virar um mercado de serviços e com o FMI e a dívida externa nunca teremos dinheiro em caixa para implantar nossos projetos”, afirmou a assessoria do candidato.

O que os professores podem esperar do próximo governo



Lula: Um governo de diálogo, que vai chamar a comunidade para se envolver no projeto educacional do governo. Não fala em reajuste imediato, mas concorda que os professores são mal remunerados e precisam de reajuste.



Garotinho: Promete genericamente reajuste salarial, lembrando que concedeu reajuste de 28,82% aos professores das universidades estaduais “atendendo a integralidade das reivindicações dos professores do Estado”.



Serra: Promete que os professores, no seu governo, serão um dos pilares centrais na construção do desenvolvimento social e econômico do Brasil. Afirma que a qualidade do ensino passa pela remuneração adequada, mas que um bom salário não é tudo. Promete um plano de carreira que vislumbre o crescimento profissional. Promete “se esforçar” para os professores da rede pública tenham salários melhores, mas não traça metas.

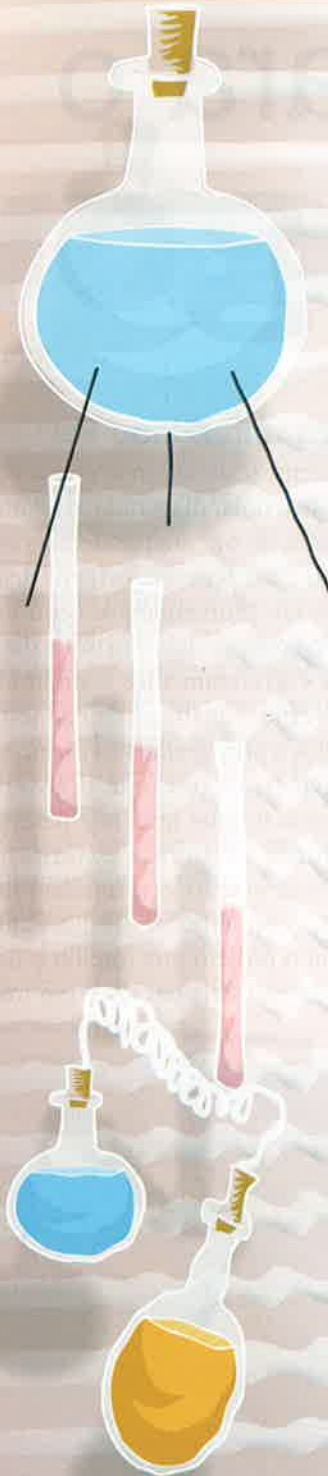


Ciro: Promete oferecer periodicamente programas de capacitação e aperfeiçoamento de professores, especialistas em educação e profissionais de apoio. Sobre a questão salarial, propõe criar um fundo federal de complemento salarial para estimular a qualificação do professorado. Quem se qualificar ganha o “complemento”.



José Maria: Reajuste imediato dos salários dos professores em todos os níveis, de acordo com as reivindicações de cada categoria.

Como ficam a ciência e a tecnologia



Lula: Segundo carta apresentada à SBPC, no governo da frente comandada por Lula "a política de ciência e tecnologia está intimamente ligada ao Projeto Nacional que o governo pretende desenvolver". Aponta o desenvolvimento da C&T como questão de soberania nacional e apresenta sete diretrizes estratégicas para o setor: política de C&T tratada como questão de Estado, com ações integradas e interação permanente com Estados e municípios; o Estado terá papel indutor estratégico da C&T; recuperação e aprimoramento do sistema federal de C&T; os gastos não serão tratados como custos correntes e sim como investimento num futuro melhor; fortalecimento da vocação pela pesquisa da universidade pública; articulação das políticas industrial, agropecuária e de serviços com a C&T; implementação de processos e mecanismos para a democratização das decisões em C&T em todos os níveis, envolvendo a comunidade científica e tecnológica, e representantes da sociedade.



Serra: Desenvolver um programa nacional de pesquisas para o desenvolvimento social, no âmbito da Capes. Criar a Agência Nacional de Fomento a Graduação, com atribuições semelhantes à Capes. Ampliar de 51 % para 70% o número mínimo obrigatório de docentes com mestrado e doutorado nas Instituições de Ensino Superior em geral e elevar esse número para 90% nas Universidades Federais. Estreitar a aliança entre o setor produtivo e a Universidade. Aplicar o mestrado

profissionalizante em dez Universidades Federais. Instalação de fundos setoriais de pesquisa nas Universidades. Aumento da cooperação internacional entre programas de pós-graduação do Brasil e exterior.



Garotinho: A nação não pode ficar à mercê do fornecimento externo de tecnologias essenciais a sua sobrevivência. O candidato se propõe a realizar esforços para criar alternativas tecnológicas e de pesquisa que priorizem o país que queremos. Integrar o projeto científico e tecnológico brasileiro às necessidades da industrialização. Subordinar a Ciência e Tecnologia ao projeto nacional de desenvolvimento para o país. Fortalecimento dos programas de bolsas em todos os níveis.



Ciro: Implantar a Rede Federal de Centros de Pesquisa para promover projetos pilotos de inovação e adaptação tecnológica, em parceria com a iniciativa privada e com instituições estrangeiras semelhantes. Identificar, por meio desses centros, as experiências e inovações locais mais bem-sucedidas e difundi-las. Facilitar e financiar estágios em empresas no estrangeiro e tornar a organização desses estágios objeto de negociação com empresas multinacionais que operem no Brasil.



José Maria: Implantação de um programa de bolsas sem limite de idade e que reajuste o valor pago ao bolsista conforme o valor da inflação.

A conta fica para o próximo governo

Mesmo com o socorro do FMI, a crise não cede. Ao contrário do que o governo prega, o cerne do problema não está nas eleições, ou na crise financeira internacional. O modelo implantado por Fernando Henrique fracassou, e a herança será pesada para o próximo governo

Por Gisela Mendonça

“Dez anos atrás, Washington garantiu aos países latino-americanos que, se eles se abrissem para bens e capitais estrangeiros e se privatizassem as estatais, viveriam um grande crescimento econômico. Mas isso não aconteceu. A Argentina está uma catástrofe. México e Brasil eram, até alguns meses atrás, vistos como histórias que deram certo, mas a renda per capita hoje nos dois países está apenas um pouquinho acima do que era em 1980. E, como a desigualdade se agravou muito, a maioria das pessoas provavelmente está em pior situação do que há 20 anos. Podemos nos surpreender pelo fato de a população estar farta de ainda mais chamados por austeridade?”

O trecho reproduzido acima não saiu de qualquer afirmação dos candidatos que disputam as próximas eleições, mas sim de um dos grandes defensores do Consenso de Washington, Paul Krugman, que em sua coluna no jornal *The New York Times* insistiu durante anos na aplicação da dura receita neoliberal para os países latino-americanos, em especial para o Brasil. Agora, até Krugman diz que “é hora de avaliar minhas crenças no mercado”.

Para os otimistas, antes tarde do que nunca. Só que a “crença no mercado”, compartilhada pelos senhores que governaram o Brasil nos últimos oito anos foi tão devastadora que nem em muitas colunas do *The New York Times* o senhor Krugman poderia descrever e avaliar.

Pra americano ver

A recente (e atual) crise vivida pelo Brasil, com o dólar disparado, o tal mercado à beira de um ataque de nervos e corrida ao FMI tem sua origem justamente nos tais “fundamentos econômicos” que o governo diz irem muito bem, obrigada. Os fundamentos econômicos a que governo e analistas de economia convertidos a propagandistas dizem são o superávit fiscal (ou seja, o governo gasta menos do que arrecada para pagar os juros da dívida externa), a desregulamentação e a desnacionalização da economia. Desde que Collor implantou o projeto que iniciou o desmanche da indústria nacional em troca



erno

do consumo de bens importados, a porteira se abriu e Fernando Henrique passou. Os famosos bens importados foram financiados com empréstimos externos e a venda do patrimônio nacional. Na prática, tínhamos empresas de telefonia, hoje temos aparelhos celulares (se a bateria do seu acabar, tente encontrar uma fabricada no Brasil para substituir; não vai encontrar, todas são fabricadas na Coreia e adjacências).

Toda transação internacional é feita em dólar. E temos que ter dólar para financiar tudo hoje em dia – desde as baterias dos celulares até compra de máquinas, tecnologia etc.

Além disso, as multinacionais que tomaram conta da indústria promovem uma remessa líquida de lucros altíssima para suas matrizes (em 2001, foram 5 bilhões de dólares). Depois de oito anos financiados à moeda estrangeira, a economia torna-se completamente dependente de dólar para pagar suas contas, que só crescem – já que os juros das dívidas contraídas também são pagos em dólar.

Para ter tanto dinheiro americano, é preciso oferecer vantagens draconianas para que investidores coloquem aqui seu dinheiro. Aí entra o paraíso do mercado financeiro, que capta dinheiro a juros altíssimos para pagar contas imediatas. Como não existe produção interna suficiente (lembre-se que a indústria brasileira só se retraiu, com conseqüente desemprego e miséria para boa parte da população), a dívida só cresce – e a dependência também.

Por isso o dinheiro do FMI não resolveu. Ele veio para salvar os credores, principalmente bancos americanos aqui ancorados que não admitem nem imaginar seus polpudos juros e dívidas astronômicas não serem pagos. E mais: deixou para o próximo governo a obrigatoriedade de manter um superávit fiscal de 3,75% do PIB. “É impossível manter esse superávit e cumprir a meta de crescimento e diminuição do desemprego no caso de uma mudança da política econômica”, afirma o cientista político José Luis Fiori. Para ele, “é preciso uma nova estratégia nacional que se sustente nos princípios da igualdade e da soberania”.

O economista Luiz Gonzaga Belluzzo faz uma avaliação dura sobre a herança que fica dos oito anos tucanos: “Temos renda média baixa, péssima distribuição de renda e crescimento econômico pífito. A carga tributária aumentou muito, mas a receita é esterilizada no pagamento dos ju-

ros da dívida. Fizemos privatização de quinta categoria, só perdemos para a Argentina. Obrigaram abertura financeira, abertura comercial e adoção de regimes cambiais e monetários profundamente danosos para a economia brasileira”.

O próximo presidente, portanto, terá que se defrontar com uma escolha crucial: ou mantém o atual caminho, aprofunda a dependência externa e manda às favas a população, o emprego, a indústria nacional; ou enfrenta a raiz do problema e implanta um novo projeto nacional, capaz de vencer a vulnerabilidade externa, fazer o país crescer, se desenvolver e começar a resolver as imensas desigualdades sociais.

Se prevalecerem os interesses do país e for eleito um candidato que vai trilhar o segundo caminho, ele terá que enfrentar interesses fortíssimos. Nas palavras de Belluzzo, “é preciso ser muito cauteloso e, ao mesmo tempo, não ter medo”.

Receita cruel

Veja o significado do superávit fiscal imposto pelo FMI e defendido por FHC

Apenas durante o segundo mandato de FHC, o setor público economizou mais de 140 bilhões, segundo dados do Banco Central. Isso significa mais do que Fernando Henrique aplicou em investimentos em seus dois mandatos. As conseqüências foram terríveis. A Eletrobrás, estatal de energia elétrica teve que economizar 800 milhões em 2000 e 2001. O resultado foi a crise energética que, além de quase deixar o país às escuras, onerou o bolso do consumidor e fez despencar o crescimento da economia.

Mas não parou aí. O governo deixou de distribuir cesta básica para mais de 8 milhões de pessoas que vivem na miséria. O mesmo aconteceu com a saúde, a educação, a segurança pública...



O cientista do homem e da natureza

Há algum tempo, durante uma palestra na USP, ouvi o professor Aziz Ab'Sáber dando um depoimento emocionado sobre a frase mais triste que havia escutado na vida: "Mãe, nós não temos mais nada nesse mundo". A frase havia sido dita por uma criança para sua mãe, cujo barraco havia desmoronado depois de um temporal em São Paulo. Ele dizia que queria muito repetir a fala da criança a FHC, ACM, Covas, à época políticos no poder. Afirmava que as autoridades não conheciam questões básicas, como quantidades de lixo e esgoto produzidas pela população, e não conseguiriam dar solução aos enormes problemas metropolitanos. Esse episódio diz muito sobre Aziz Ab'Sáber, presidente de honra da SBPC, e um dos mais conceituados geógrafos da atualidade. Prova que, mais que um grande cientista, é um pensador profundamente comprometido e ligado aos problemas do povo brasileiro e do mundo desigual em que vivemos. Durante a última reunião da SBPC, a revista **Movimento** teve uma longa conversa com o professor. Desta conversa tiramos depoimentos sobre diversos temas, que você vai ler aqui. Mais do que uma entrevista, está aqui uma homenagem da UNE a este grande cientista brasileiro

Por Luciana Bento

A ciência para os homens e para a sociedade

Ciência é observação, ciência é descoberta. As descobertas e as observações pertencem a áreas diferentes que são, devido a métodos de cada disciplina, orientadas por certo tipo de procedimento metodológico, acoplado por instrumentos e técnicas especiais, mas que na hora da aplicação precisam ser combinados com outras áreas. O principal é que todas as ciências se destinam a três setores. O primeiro é a vida no planeta Terra. O segundo ponto é o destino que a ciência deve ter para os homens e para sociedade. E neste

sentido, todas as tecnologias, todas as descobertas, todas as observações terão utilidade para serem aplicadas aos homens no presente e, por extensão, aos homens do futuro. E as ciências têm que esquecer um pouquinho o status econômico. No passado os economistas pensavam para quinze anos, depois para cinco, depois para três, depois para mensais, depois para semanais e agora têm que pensar da noite para manhã. O economista, antes de ser cientista, é um bom estrategista, que tem um mínimo de ciência econômica para pensar, mas deveria ter o máximo de conhecimento do seu país e do mundo ao mesmo tempo

para poder trabalhar nas suas estratégias, nas suas proposições. E por isso mesmo as suas proposições precisariam de outras ciências como ciências sociais, antropologia, geografia humana, geografia regional e geopolítica. Em função disso, eu penso que o conceito de futuro tem que ser aprimorado, não dá para pensar em futuro indefinido. Eu estou trabalhando pelo futuro como ambientalista, eu estou trabalhando pelo futuro como ecologista, mas é preciso saber quais as profundidades do futuro, e para que futuro eu posso preparar as gerações de hoje e os jovens de hoje.



Foto: João Wainer/Folha Imagem

Sobre a juventude

Eu admiro a SBPC porque ela reúne no Brasil a maior quantidade de jovens que qualquer país do mundo conseguiu. Por que as mensagens chegam aos jovens, enquanto que em outros países as reuniões são categorizadas. Eu já tive em uma reunião em Boston onde estava só o *know-how* elevado das universidades e das instituições científicas dos Estados Unidos, a juventude não estava lá. E no Brasil é o contrário. E é muito mais importante ainda no caso brasileiro, porque é muito mais difícil para uma população mais pobre, com menos recursos e menos

priorizada pelos governantes e pelos administradores, chegar até o lugar de uma reunião que uma hora é em Natal, outra é em Goiânia e outra é no Rio Grande do Sul. Eu acho que se a mocidade fosse preparada para fazer o trajeto do passado para o presente e, do presente, intuir a força de uma arte ciência nova, acontecimentos que possam desenvolver interferências em situações que estão em dinâmica no momento, isso já é uma mensagem fantástica.

Sobre a democracia

São Paulo tem mais de 17 milhões de habitantes, dos quais 7 milhões vivem em estado de miséria, e isso me fez elaborar uma reconceitualização de democracia. Democracia não era o que se dizia no passado, o governo do povo pelo povo. Quando a democracia surgiu como possibilidade para acabar com aquele senso de imperialismo, dos faraós, dos reis etc., ela se propunha a ser o governo do povo e pelo povo, num conjunto de cidades e de áreas numa população reduzida. Agora a situação é extremamente delicada. E o ponto de partida para entender, a meu ver, é pensar o seguinte: num país tão grande como é o Brasil a gente pode meditar que as pessoas não escolhem o ventre, a condição socioeconômica e a condição sócio cultural para nascer, é onde o acaso determinar. Eu sou bastante religioso, sabe, mas eu fico pensando: será que Deus não escolhe um lugar melhor para as pessoas nascerem? Não, foram os próprios homens que penetraram em áreas mais diversas, da mais rústica e árida do deserto até a mais biodiversa, densa e grande, como é a Amazônia. E democraticamente então, a gente tem que pensar em toda essa população. E se os governantes não se prepararem para conhecerem o seu país em três níveis – o nacional, o regional e o setorial – eles não sabem pra quem se dirigem as suas leis, as suas posturas e suas famosas medidas provisórias. Eu acho que o Malan tem que

OUTRO PAÍS, OUTRO MUNDO

pensar em tudo e não pode pensar só no jogo internacional e nem tentar vender todas as coisas que o país tem para equilibrar o orçamento de uma gestão que pode durar quatro anos. Essa coisa de pensar só para quatro anos é altamente criminoso porque não pensa na ética do futuro que significa ética com pessoas e com a vida.

Sobre globalização e colonização

Desde muito cedo eu percebi que globalização era uma nova forma de impor um tipo de colonização. Como geógrafo, eu me lembro das definições de colonização que aprendi. Primeiro, era colônia de exploração: usar o espaço dos outros para produzir em quantidades os produtos necessários para eles, usar o quintal dos outros para si. Depois vêm colônias de povoamento, que são colônias em que parte da população, que está mal ou que está disposta a fazer uma experiência além-mar ou em qualquer lugar, vai construir um país e acaba ficando, como foi o caso do Brasil. Depois vem a colônia estratégica, da colonização dos franceses. Essas são feitas pelos países que têm um território e uma pretensão de exploração múltipla e acabam fazendo certos setores especiais como estratégia da sua expansão ou das suas intercomunicações. É o caso de estreitos como o de Suez ou do Panamá. Quando eu aprendi isso, achava magnífico porque eu não sabia nada sobre colonização, tinha uns 19 anos. Ao explicar a última forma, o professor olhou bem para nós e disse "*cologne de encadrement*". Eu disse, o que é isso? É a colônia do enquadramento, é o que foi a Índia, é um enquadramento burocrático, com pouca gente, e bélico, com a presença militar. Aí eu comecei a pensar na tal da globalização, me parece que a globalização é uma colônia de enquadramento diferente, é uma colônia de enquadramento financeiro e econômico, tendo atrás de si, sem precisar deslocar, um poder bélico.



Alca A colonização dos cérebros e dos

Os efeitos econômicos e políticos da Alca serão desastrosos. Mas não só eles. Nas negociações sobre a área de serviços — na qual se incluem a educação e a produção cultural — o grande risco é que, além de se colonizar o território, colonizem-se definitivamente os cérebros e o imaginário dos países latino-americanos

Por Gisela Mendonça

Os defensores da adesão do Brasil à Área de Livre Comércio das Américas (Alca) têm dois argumentos principais. O primeiro é que se não aderir o Brasil ficará isolado em um mundo em que a integração caminha a passos largos. O outro é que não se pode ser contra o acordo porque hoje não se sabe qual seria sua forma final. Aos dois argumentos, o embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, ex-presidente do Instituto de

acionais” nos países membros. Este artigo “tolera” que o Estado continue proporcionando os serviços de educação pública, mas com a condição de que não se coloquem obstáculos à prestação de serviços educacionais privados procedentes dos Estados Unidos e Canadá. O artigo 1201 diz, textualmente, o seguinte:

“Nenhuma disposição deste capítulo se interpretará no sentido de: a) impedir uma Parte (país) de prestar serviços ou realizar funções tais como a execução das leis, serviços de readaptação social: bem-estar social, educação pública, capacitação pública, saúde e proteção à infância, quando se desempenhem de maneira que não seja incompatível com este capítulo”.

O grande negócio

Para Hugo Aboites, professor e pesquisador da Universidade Autónoma do México, o escrito acima não é uma simples declaração: “Em termos concretos, significa, entre outras coisas, que qualquer instituição ou companhia americana que considere que o governo mexicano está violando os princípios de livre comércio ao oferecer (como competição desleal) algum nível educacional, pode demandar ao governo e levá-lo a instâncias previstas para resolução de controvérsias. Assim, o oferecimento de educação pública e gratuita fica limitado”.

O que tem sido proposto pelos negociadores americanos para a Alca vai exatamente no mesmo sentido. No capítulo 11 do Nafta, está determinado que as empresas podem processar os Estados se considerarem que as políticas estatais reduzem os seus lucros. E isso vale para tudo – educação, saúde etc. E já existem exemplos de como o grande império trata seus interesses: os Estados Unidos processaram o correio do Canadá porque este tem um serviço público de entregas de encomendas eficiente; alegaram que a concorrência era desleal e prejudicava as atividades da UPF, uma grande indústria

espíritos

Pesquisas de Relações Internacionais do Itamaraty, responde com propriedade: “Não precisamos da Alca para nos relacionar e estabelecer comércio com outros países. Tanto é assim que os Estados Unidos não têm área de livre comércio com China ou Japão e têm relações comerciais intensas com ambos. E é possível, sim, saber como será a Alca: será muito semelhante ao Nafta, acordo que engloba os Estados Unidos, o Canadá e o México”.

Se o Nafta é uma boa prévia do que seria a Alca, vale a pena olhar com atenção o que aconteceu com a educação no país menos poderoso que participou daquele acordo – o México.

O setor de serviços – a educação incluída, portanto – foi colocado no tratado comercial que deu origem à chamada Área de Livre Comércio da América do Norte (Nafta). Existe ali um artigo que determina como funcionarão os “serviços edu-

americana, no Canadá.

O professor Aboites aponta também que foram estabelecidas facilidades para a chegada de investimentos e serviços educacionais no México, o que fez com que abrir universidades ou oferecer mestrado se tornasse mais fácil do que ter uma frota de aviões para uma empresa americana.

Num país como o Brasil, onde se proliferam faculdades de terceira linha, responsáveis pela espetacular “expansão” do ensino superior sem qualquer fiscalização, não é difícil imaginar o que acontecerá no caso de implantação da Alca. E não resta dúvida de que o “mercado” educacional brasileiro será alvo de ataques certos das grandes empresas americanas. A educação já movimenta 90 bilhões de reais por ano no Brasil e não é raro ouvir de analistas econômicos avaliações entusiasmadas sobre como o negócio pode crescer.

Além do inevitável caminho da privatização, tratar a educação como negócio tem conseqüências sérias para qualquer país. Para José Luis Coraggio, reitor da Universidade General Sarmiento, na Argentina, “um programa deste tipo tende a homogeneizar, e é fundamental que a educação respeite problemas e culturas locais. No caso da universidade, é mais grave ainda, porque extingue-se a criatividade, a fórmula já vem pronta, compra-se a licenciatura completa, apenas reproduz-se, sem criar nada”.

Telas e espíritos colonizados

Se na educação a ameaça é grande, na cultura não é menor. Hoje, já é grande o predomínio da indústria cultural americana, particularmente na produção audiovisual. As negociações da Alca não incluem capítulo específico sobre a cultura, que entra como mais um item do setor de serviços. A idéia principal é que não haja qualquer restrição à produção estrangeira, seja no cinema, na

TV, nas transmissões radiofônicas etc. Qualquer mecanismo que um país resolvesse ter para estabelecer proteção ou incentivo à produção nacional poderia ser considerado protecionismo e passível de contestação. Até mesmo as leis de incentivo que hoje existem estariam ameaçadas. Já houve tentativa nesse sentido durante as negociações da Organização Mundial do Comércio (OMC). Pela “cláusula da nação mais favorecida”, seria exigida igualdade de tratamento entre produtos similares provenientes de diferentes países-membros do acordo. Em outras palavras, se um filme brasileiro ou de outro país latino-americano recebesse ajuda de algum órgão de fomento do governo, qualquer produto de Hollywood terá o direito de exigir o mesmo tratamento. O

resultado evidente, se essa tentativa se concretiza com a Alca, é a morte de qualquer possibilidade de preservação e desenvolvimento das expressões culturais nacionais e o predomínio definitivo da mesmice sobre a diversidade cultural.

Já existe um grande domínio das gravadoras na área de música, da produção americana cinematográfica e de TV, e acontece um grande avanço na área das editoras de livro e da imprensa em geral, com a possibilidade de abertura dos meios de comunicação ao capital estrangeiro.

É a colonização dos cérebros, do imaginário e dos valores nacionais. Lutar contra o monopólio e defender a diversidade cultural têm que ser preocupação do próximo governo, mas com a Alca essa possibilidade estará seriamente ameaçada.

Como os estudantes participam do plebiscito UNE está organizando votação em todas as universidades

De 1º a 7 de setembro, os estudantes darão sua opinião sobre a Alca – Área de Livre Comércio das Américas – no plebiscito nacional organizado por várias entidades, entre elas a UNE. No último Conselho Nacional de Entidades Gerais (Coneg), que reuniu entidades estudantis de todo o país, a UNE não só aprovou a participação no plebiscito como encaminhou a forma de organizá-lo nas universidades. Cada DCE ou C.A. deve procurar outras entidades na sua cidade para organizar a votação e promover debates sobre as conseqüências da Alca para o país.

Na grande maioria dos Estados, existem comitês do plebiscito funcionando, que já têm em mãos uma cédula padrão para o dia da votação. A idéia é que

existam urnas na maioria das universidades e pontos de concentração de estudantes.

“É muito importante aproveitar o momento do plebiscito, que é uma das formas de luta contra a Alca, para discutir as grandes repercussões do acordo para a mercantilização e a privatização do ensino superior”, aponta Christian Lindberg, diretor de relações internacionais da UNE.

A entidade que ainda não se organizou ou que precisa de mais informações, deve procurar o comitê organizador do plebiscito sobre a Alca no seu Estado. Pode também consultar a página de organização na Internet: www.jubileubrasil.org.br

Outros contatos são a coordenação do plebiscito, fone (11) 3341-0201, e a sede da UNE, fone (11) 5574-7821.

Entrevista

“A Alca é o vare-tudo do mercado”



Foto: Luiz Carlos Muraskas/Folha Imagem

Um dos principais organizadores do plebiscito que acontece em setembro para ouvir a população sobre a Área de Livre Comércio das Américas (Alca) é também um dos maiores críticos à adesão do Brasil a este acordo. Dom Demetrio Valentin é bispo da pastoral de Jales há vinte anos e o responsável na Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) pelas pastorais sociais e pela articulação com outras entidades do movimento social. Nesta entrevista à **Movimento**, ele aponta as graves conseqüências da Alca para o aumento da pobreza e da exclusão social do Brasil e cobra dos candidatos a presidente da República uma postura mais ofensiva contra o projeto de submissão à Alca e aos interesses norte-americanos

Por Pedro Venceslau

“ A Alca vem na esteira da suposição de que o “american way of life” é, evidentemente, a melhor coisa que existe. É sempre assim: comprar produtos estrangeiros e aderir à cultura que o produziu. É fácil imaginar a força do rolo compressor da americanização que está subjacente ao projeto da Alca ”

Movimento – Por que dizer não a Alca?

D. Demetrio – A terça parte da população brasileira, que tem dinheiro para comprar produtos avançados de tecnologia americana, pode até estar torcendo para que a Alca venha o quanto antes. Por isso, a Alca joga para dentro da cidadania brasileira a discussão de fundo sobre nossa organização social, econômica, cultural e política. A Alca mexe com toda sociedade e é muito importante que toda a sociedade discuta o que ela significa, suas conseqüências. Esse acordo, se for firmado, coloca em sério risco a soberania dos países, pois impõe cláusulas tão favoráveis à livre movimentação de empresas, que os governos já não terão instrumentos de regular suas atividades e, assim, as “forças do mercado” passariam a se sobrepor ao poder político de cada nação. Uma das exigências da Alca é exatamente a “desregulamentação do mercado”, a “flexibilização das leis trabalhistas” para deixar os investimentos completamente livres de controles nacionais. É o vale tudo do comércio, buscando liberdade para as grandes empresas.

Movimento – De que forma a Alca pode prejudicar a nossa cultura e nossa soberania nacional? E os direitos trabalhistas?

D. Demetrio – Uma das cláusulas da Alca, que é apresentada com insistência, é a “flexibilização” das leis trabalhistas, para que os investimentos não precisem ficar condicionados a leis internas de cada país. Isso traz evidentes prejuízos para a causa dos trabalhadores. Quanto à cultura, a Alca vem na esteira da suposição de que o “american way of life” é, evidentemente, a melhor coisa que existe. É sempre assim: comprar produtos estrangeiros e aderir à cultura que o produziu. Isto não seria mal se tivéssemos capacidade de absolver positivamente estes influxos, transformando-os em novas manifestações da nossa cultura. O brabo é imaginar a força



do rolo compressor da americanização que está subjacente ao projeto da Alca. Por isto, a reafirmação de nossa identidade cultural deveria ser uma causa assumida com convicção, e ser transformada em suporte indispensável de nossa soberania nacional. A verdadeira globalização não pode consistir numa insossa padronização cultural, que empobreceria a humanidade.

Movimento – Qual a relação entre a Alca e o Mercosul?

D. Demetrio – A Alca não vê o Mercosul com bons olhos. O Mercosul se inspirou no Mercado Comum Europeu, que realizou com sucesso a integração econômica, política e cultural dos países da Europa ocidental. O Mercosul foi uma iniciativa conjunta do Brasil e da Argentina, à qual se associaram o Uruguai e o Paraguai. São economias mais próximas geograficamente, com muitos campos complementares, e com boas perspectivas de fortalecimento mútuo desses países pela valorização de suas trocas comerciais. Ora, os Estados Unidos, pelas propostas da Alca, gostariam que não se consolidassem esses blocos regionais, mas que cada país for-



as conseqüências da coincidência da campanha eleitoral. Esse é um fato condicionante muito forte.

Movimento – Como o senhor avalia a postura e as propostas dos candidatos a presidente em relação a Alca e ao plebiscito?

D. Demetrio – O início da campanha eleitoral deste ano mostra um temor reverencial de todos os candidatos diante das forças de direita. Parece que todos fazem questão de pedir desculpas prévias por eventuais discordâncias que possam ter com as elites tradicionais do país. Isso impede a abordagem franca e aberta das questões cruciais. Para não se exporem à recriminação da direita, os candidatos evitam esses temas. Só o candidato que é assumidamente de direita se sente à vontade para assumir posições de esquerda, procurando o voto de quem quer a mudança, mas sabendo que não perde a confiança dos seus partidários de direita. Por isso, é preciso filtrar as declarações, percebendo a estratégia de quem as profere.

Movimento – O temor de uma “argentinização” e a dependência cada vez maior do FMI fez com que os candidatos se colocassem de forma menos contundente?

D. Demetrio – A crescente dependência financeira externa do país produziu uma dependência política que afeta a campanha eleitoral, na medida em que a repercussão externa das propostas dos candidatos ricocheteia internamente nos eleitores, sobre os quais o sistema projetou o medo da insolvência, que aconteceria por falta de apoio externo. Isso leva os candidatos a fazer outra reverência prévia, diante do capital transnacional, manifestando pronta disposição de seguir seus ditames. Com isto, aceitam tacitamente a tese de que o futuro presidente deve estar afinado com o mercado internacional, segundo recomendações do Soros.

talecesse seus vínculos diretamente com os Estados Unidos. Há uma clara intenção de hegemonia americana embutida na proposta da Alca.

Movimento – Qual a perspectiva em relação ao plebiscito que começa dia 1º de setembro?

D. Demetrio – Desde agora, em todos os lugares, qualquer pessoa pode tomar a iniciativa de organizar o plebiscito sobre a Alca. As informações disponíveis dão conta que está havendo uma surpreendente mobilização em todo Brasil, que pode ser medida nos encontros estaduais para a preparação de lideranças que vão organizar e animar o plebiscito.

Movimento – O senhor espera uma participação maior no plebiscito da Alca do que ocorreu no da dívida externa?

D. Demetrio – Tenho a convicção de que será um plebiscito mais assumido pela própria organização popular, expressando, assim, um posicionamento político mais consciente dos que irão participar. Sobre o seu resultado numérico, paira ainda a interrogação sobre

“Esse acordo, se for firmado, coloca em sério risco a soberania dos países, pois impõe cláusulas tão favoráveis à livre movimentação de empresas, que os governos já não terão instrumentos de regular suas atividades e, assim, as “forças do mercado” passariam a se sobrepor ao poder político de cada nação”

Há um quarto de século, a Argentina começava a experimentar o amargo remédio da receita neoliberal. O resultado dessa longa e dolorida etapa da história dos nossos vizinhos todos conhecem. Para o Brasil, o risco de seguir o mesmo caminho é grande, como tem ficado provado nesta recente crise financeira que levou o real a ter quase a mesma cotação do peso argentino. Fugir deste destino, para os brasileiros, significa mudar o rumo e adotar outro projeto

**Por Pedro Venceslau
De Buenos Aires**



de um proj

Seúl, Coreia, 13 de junho de 2002. O ídolo de cabelos loiros e longos leva as mãos ao rosto e chora. Batistuta está desolado, sozinho em um canto do campo. Do outro lado do mundo, é madrugada nas ruas de Buenos Aires. Apesar do frio, era para ser uma manhã de festa. Não foi. E a vida voltou ao normal depois daquele empate que tirou a Seleção celeste precocemente da Copa do Mundo. Dia útil, trânsito, senhores e crianças remexendo latas de lixo, filas homéricas nas casas de câmbio e bancos do centro da cidade. O jingle oficial da marca de cerveja, que falava “juntos podemos, juntos faremos. Mostraremos ao mundo...” já

não toca mais. Nos jornais diários, nada de futebol no alto da página. As manchetes, agora, voltam a versar variações sobre o mesmo tema: crise.

É a hora do colapso. Só agora, um quarto de século depois que Isabel Perón assumiu o poder, a população argentina está assistindo a versão final de uma história mal contada por seus dirigentes. Um jornalista morre por que não consegue sacar dinheiro do banco para operar um câncer – todas as suas economias estavam na poupança e foram bloqueadas pelo governo sob o pretexto de não quebrar o sistema financeiro. Jovens de classe média aproveitam o temor da população com o sistema bancário, e passam a executar se-

qüestros relâmpagos. A idéia é roubar um dinheiro que antes ficava no banco e agora repousa embaixo do colchão. Multidões de correntistas batem com martelos, frenética e diariamente, na porta blindada das agências bancárias.

Desde que Fernando De La Rúa deixou a Casa Rosada fugindo em um helicóptero, tem sido assim a rotina das primeiras páginas dos jornais diários e dos noticiários de TV argentinos. São cenas e imagens humilhantes para um país orgulhoso, que durante décadas se dizia uma ilha de prosperidade na América do Sul, que jactava-se ao apontar três sistemas no mundo: o comunismo, o capitalismo e a economia argentina.



Foto: Ali Buraifa/AFP

SO eto

Futuro comum

Diante da agonia de nossos irmãos de continente, é natural que os brasileiros, vizinhos de muro, sintam calafrios na espinha. Seremos os próximos? Trata-se de uma pergunta difícil. Afinal, nas últimas décadas, trilhamos os mesmos caminhos, nos endividamos com os mesmos credores e fomos governados por políticos dominados pela mesma obsessão: dizimar o papel do Estado na economia e se deixar regular pela lógica dos mercados. O resultado dessa idéia fixa que seduziu gerações de estadistas são economias quase sem anticorpos para se defender das gripes do sistema

financeiro internacional. “A violenta saída de De La Rúa da Casa Rosada, simboliza, com eloquência, a derrocada de um ciclo, iniciado com Isabel Perón e marcado pela hegemonia do neoliberalismo na vida pública argentina. Se o Brasil decidir continuar seguindo a ortodoxia do FMI, será impossível fugir do mesmo destino”, prevê o sociólogo argentino Atilio Boron, presidente da Clacso (Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais). Ele, um estudioso especialista em América Latina, não hesita em apontar um culpado: “o sistema neoliberal”. E vai mais longe. “Trata-se de um modelo que notoriamente fracassou. O reflexo está aí. Todos os países sul-americanos que seguem sua cartilha estão quebrados ou a beira da falência. Não existem poções mágicas. Basta olhar para o Equador, que teve três presidentes em algumas semanas. O Peru, com o desastre Fujimori. A Venezuela, com a derrocada dos partidos tradicionais, AP e COOPEI e a chegada de Chávez ao poder. E, finalmente, a Argentina.” O sociólogo Boron não se exime de dar sua receita para a Argentina, e consequentemente para o Brasil sair da crise: “Um programa de desenvolvimento que conte com uma intervenção forte do Estado. Não podemos esperar que o mercado execute um choque redistributivo. Temos que alimentar a produção com subsídio do governo”.

Enquanto nossos vizinhos agonizam, em terras brasileiras o clima é de indefinição, medo e insegurança. Como se não bastasse nossos próprios temores e o dólar acima dos 3 reais, ainda somos obrigados a sentir, na pele, o medo alheio, disseminado pelo capital especulativo e pelas agências internacionais de medição de risco.

Sempre eles

O curioso é que, em tempos de eleição brasileiras e argentinas, qualquer um que ouse falar com alguma veemência em mudança, de pronto se converta em insano aos olhos do

OUTRO PAÍS, OUTRO MUNDO

Fundo, do mercado internacional e de boa parte da elite local. Sempre eles. Os mesmos que observam, do alto e de longe, a Argentina atingir um número recorde de 21,5% de desempregados em um universo onde oito em cada dez empresas não contratam mais funcionários.

Enquanto a classe política argentina mendiga a ajuda do FMI, manifestantes reunidos na Praça de Maio pedem independência, soberania e dignidade. Será possível?

“Que se vayan todos”. Diz um cartaz. Quem protesta é Alda Albin, aposentada, 75 anos. Ela já não tem mais força para batucar contra a porta do banco, pedindo seus 10 mil pesos, dinheiro de uma vida, de volta. E lamenta: “Sabe o que mais me dói? É que não terei tempo para a revanche”. Provavelmente, não terá mesmo. O fim da hecatombe argentina parece cada vez mais distante. Nas pesquisas de opinião para a Casa Rosada, um dos principais artífices da crise, Carlos Menem, o mesmo que acabou com grande parte das estatais, desprotegeu a indústria nacional e colocou o país em uma espiral recessiva permanente, aparece em primeiro lugar nas pesquisas de opinião. “Menem é um complemento dos militares, que começaram a abrir os mercados quando as indústrias nacionais ainda não estavam preparadas para competir”, avalia o jornalista Hernan Brienza, editor de política da revista semanal portenha *Três Puntos*.

Diante da agonia dos nossos vizinhos, é no mínimo estranho que o governo brasileiro atual (com apoio de boa parte da mídia) apon-te a mudança de rumo como o fator de perigo iminente para a “argentinização”. Ou seja, o remédio da crise é mais veneno, é que tudo fique como está. Só que aí, evidentemente, o destino do paciente é a morte...

Como diriam os portenhos, “Oxalá passe algo até o dia das eleições...”.

Por todo o MUNDO

Na educação ou em outros temas, a juventude nunca se priva da manifestação. Seja no Brasil, em defesa da educação pública ou na França, contra Le Pen. Partindo das entidades nacionais, o movimento estudantil internacional se articula para a integração de estudantes de todo o mundo

Por Sérgio Kakitani

Neste ano de comemoração de 65 anos de existência da UNE, olhando para a história da entidade, percebe-se que nos momentos cruciais do país os estudantes sempre tiveram uma participação decisiva e significativa.

Pelo momento da vida, pela organização, pela universidade, o papel de termômetro da sociedade nunca foi deixado de lado, desde os protestos contra o nazismo em 1945, passando pelo impeachment de Collor, até a luta atual contra a mercantilização da educação em tempos neoliberais. E essa atuação estudantil também é regra na maioria dos países do mundo.

A maneira de se organizar, claro, varia de acordo com a realidade



Aqui e lá

Depois das entidades nacionais, os estudantes se agrupam em plataformas continentais, como a Oclae na América Latina. Europa, Ásia e África também têm suas entidades. Acima de todas está a União Internacional dos Estudantes, a UIE. Conheça mais sobre as entidades:

UIE – A União Internacional dos Estudantes foi fundada em 27 de agosto de 1946, em Praga, República Tcheca, onde ainda hoje tem sua sede. Reúne entidades de aproximadamente 115 países. É a entidade mundial dos estudantes. Participa do conselho consultivo da Unesco. A próxima grande atividade da UIE é a organização das entidades para o Dia Internacional dos Estudantes, 17 de novembro, e a reunião do conselho consultivo para definir o próximo Congresso. Na pauta estão a posição contrária à Alca na América Latina, pela não-inclusão da educação nos acordos da OMC, em defesa da paz no Oriente Médio e contra a militarização das universidades na Ásia. Também articula as entidades para a participação no 3º Fórum Social Mundial. O congresso da entidade se realiza a cada dois anos. A atual presidente é Elizabeth Carlyle.

Oclae – A Organização Continental Latino-Americana e Caribenha de Estudantes foi fundada em 11 de agosto de 1966 e tem sua sede em Havana, Cuba. A presidente da entidade é a cubana Yanelis Martinez Herrera. O congresso da entidade ocorre a cada dois anos. A 13ª edição acontece este ano, em novembro, em Guadalajara, no México. A entidade sempre se destacou pela defesa da educação pública e da soberania das nações do continente. A principal realização da Oclae este ano é o plebiscito continental sobre a Alca.

de cada país. Depende bastante do número de universidades, de como estão distribuídas e do tamanho do país, entre outras coisas. No Brasil, a UNE reúne nacionalmente todas as outras entidades regionais. Na Argentina e Paraguai, não há entidades regionais e os representantes das universidades, que são em menor número, formam uma federação. Na Palestina, por exemplo, há uma entidade dos estudantes organizada no exílio.

Partindo destas entidades nacionais, estão as organizações internacionais dos estudantes. Estruturado em cima de realidades diferentes e de vários níveis de organização, o movimento estudantil internacional em alguns momentos teve maior intensidade do que em outros. Este é um destes momentos, com a defesa da educação pública, em contraponto às políticas neoliberais, surgindo como ponto comum a estudantes de várias regiões do mundo, e sob a sombra de eventos por uma outra globalização, como o Fórum Social Mundial.

Comunidade global

A estrutura do movimento estudantil internacional depende de uma organização sólida das entidades nacionais. Com os estudantes bem organizados em cada país, fica mais fácil a troca de informações e de experiências e o debate dentro das entidades internacionais.

“Esta organização é uma tarefa complexa. Existem muitas contradições, lutas específicas e interesses diferentes, mas temos que nos esforçar para saber o que se passa em outros lugares, unir forças e integrar – de fato – os povos da América Latina”, defende a cubana Yanelis Martinez Herrera, presidente da Oclae (Organização Continental Latino-Americana de Estudantes). As iniciativas dos estudantes pelo mundo têm várias facetas. Em cada país, uma entidade, uma particularidade. São muitos os exemplos. Os estudan-

tes do Gups (Grupo de Estudantes Universitários Palestinos) têm como bandeira divulgar a causa de um país inteiro, assim como os colombianos lutam por paz e soberania.

Nos Estados Unidos, no ano passado, a estudante americana Amy Kapczynski, aluna no curso de Direito da universidade de Yale, conseguiu, com apoio e organização dos estudantes da sua universidade, uma grande vitória sobre uma multinacional para a liberação da patente de um remédio anti-HIV.

Com toda esta diversidade, é muito importante uma articulação dessas iniciativas. Isso já funciona melhor nas entidades continentais, como a Oclae. Mas a articulação entre os continentes e dentro da entidade mundial dos estudantes, a União Internacional dos Estudantes (UIE), ainda precisa evoluir.

Com eventos como o Fórum Social Mundial, esta articulação global foi facilitada. As italianas Ilaria Giglioli e Ilaria Lani, por exemplo, estudantes secundaristas da The Unione degli Studenti, vieram ao Brasil em fevereiro deste ano, para a segunda edição do evento, e contaram sobre sua luta contra as reformas neoliberais do governo Berlusconi. “Nós viemos para o Fórum para nos conectar com outros estudantes e associações e combater estas mudanças e reformas de um modo mais efetivo, fazendo isto em um âmbito global”, explica Giglioli.

Com a integração entre as entidades em andamento, o primeiro passo é aprovar atividades conjuntas para os países. Tanto a UIE como a Oclae já têm um calendário aprovado para o segundo semestre de 2002 (veja box). Entre os temas, estão a inclusão da educação nos tratados comerciais da OMC, a Alca e a defesa da universidade pública.

A UNE tem um papel importante dentro do movimento estudantil internacional. Faz parte do conselho de entidades da Oclae e também do conselho consultivo da UIE.



A cultura tem que ser retirada do

Uma política pública específica para a cultura deve ter lógica própria, que valorize a diversidade por oposição à platéia, o novo por oposição ao trivial, o experimental por oposição ao convencional

Por Fábio de Sá Cesnik e Priscila Akemi Beltrame ()*

Torna-se providencial discutir a construção de uma política pública para a cultura neste momento em que passamos pela troca de governantes. Para tanto, é necessário fazer uma análise situacional e pensar nos próximos passos para se implantar uma política pública para o segmento da cultura que seja sólida, coerente e fomentadora do desenvolvimento nacional.

O início dos anos 90 representou um desastre para a construção de qualquer projeto para a cultura. O Ministério da Cultura e todos os seus órgãos vinculados foram extintos pelo então presidente Fernando Collor de Mello. Em matéria de cultura (não só, como sabemos), vamos viver marcados muito tempo pelos malefícios desse ato. Durante anos, a cultura ficou respaldada pela política dos estados e municípios, sem qualquer direcionamento na construção de rumos para o país.

Nos últimos oito anos foi iniciada a implantação de uma política pública. Nesse período, no entanto, privilegiou-se uma visão economicista, agravada nos últimos

quatro anos. O Ministério da Cultura passou a atender os segmentos em secretarias finalísticas, que se dividiram basicamente para atender a demanda da chamada "Lei Rouanet". Cada área fim passou a gerir, a seu modo, a lei de incentivo para um determinado segmento. Toda a política pública para a cultura ficou pautada na organização da lei federal de incentivo à cultura.

Com esta lei, o mercado ganhou um novo impulso: filmes foram produzidos, peças de teatro viabilizadas, livros, shows de músicas, recuperação de patrimônio material e imaterial, entre outros. Entre as ações realizadas, foram construídos, com incentivo, projetos estruturantes para o Estado brasileiro, além de importantes eventos da indústria de cultura (ex.: produções da Broadway). O incentivo foi fundamental até agora, mas estamos todos certos que é preciso mudar. E por quê?

A cultura estratégica

Para a construção de uma política pública para a cultura devemos pensar em dois alicerces básicos: a cultura como ação social, função essencial do Estado, e o fomento à indústria de cultura, importante segmen-



palco

to da economia nacional – e, aliás, um negócio promissor no Brasil. A lei de incentivo permeia essas duas áreas, ficando posicionada no meio dessas duas ações. Ela pode estimular a ação social, suprindo em algumas situações o papel do Estado. Pode, ainda, ser uma forma de fomentar a criação de uma indústria cultural que deve ter estímulo, mas não depender do dinheiro público para se viabilizar.

Isso não aconteceu nos últimos oito anos da forma mais organizada possível. As ações essenciais do Estado ficaram relativamente prejudicadas em relação aos grandes projetos da indústria cultural. Todos foram jogados aos leões e, se permanecer essa briga, sobreviverá o mais forte. Isso não aconteceu por um desejo da atual gestão do Ministério da Cultura, mas por uma estrutura do próprio mercado, que buscou rapidamente os canais de crescimento oferecidos.

Outro elemento essencial na estruturação de uma política cultural para o país deve ser a integração interministerial. A ação cultural deve es-

tar no centro da política de governo, como área estratégica de desenvolvimento social e integração econômica. Neste sentido, a necessária aproximação dos órgãos internacionais de promoção cultural, intercâmbios, investimentos e pesquisa, bem como a integração com os demais ministérios que complementam a ação cultural. A cultura, em nossa estrutura jurídica, é consagrada direito inalienável de todo o ser humano. O artigo 27 da Declaração dos Direitos do Homem da ONU afirma: “toda pessoa tem o direito de integrar-se livremente na vida cultural da comunidade, de usufruir das artes e de participar do progresso científico e dos benefícios que dele resultam”. Sem o compromisso do governo e da sociedade organizada, o direito perece na fonte.

O que seria uma política cultural para o país? Como definiu Teixeira Coelho, um dos nossos maiores pensadores das ações culturais, política cultural é o conjunto de intervenções dos poderes públicos sobre as atividades artístico-intelectuais ou simbólicas de uma

sociedade, para além da política de educação ou de ensino formal. Ela abrange tanto os instrumentos jurídicos de tributos, de incentivo e proteção a bens e atividades, quanto, de maneira concreta, a ação cultural do Estado, por meio de organismos, de princípios, regras e métodos de atuação; do gerenciamento ou apoio a instituições, grupos, programas ou projetos; da manutenção ou difusão de obras e processos; da preservação e uso de bens patrimoniais¹. Quando um Estado exerce a política cultural somente por meio dos incentivos fiscais, dos instrumentos jurídicos de apelo tributário, esta política é manca e não pode dar conta dos anseios maiores da sociedade.

Novo paradigma

Para a construção dessa política é necessária uma alteração de paradigma, para a contraposição à cultura enfeixada na elite, de pouca abrangência nacional e que mantém aquém do fazer cultural a grande maioria da população. Aí a cultura não será mais concebida como um modelo de cultura para



todos, mas com possibilidades maiores de envolvimento estratégico para a concepção da cultura por todos na construção de um projeto político de transformação social.

Desta forma, a cultura deve ser retirada do palco, de um pedestal em que se encastelam alguns poucos heróis. A cultura é uma oportunidade de integração na vida comunitária, de um processo de fruição por todos, ensejando aí mais um novo paradigma a se considerar. Não se trata tão somente de acesso à cultura, mas de experiência, com possibilidades concretas de intervenção individual e envolvimento amplificado de todos com uma ação ativa nos fazeres culturais.

O documento *Problemas e Perspectivas* (Unesco, 1982), citado no seminário *Urbes* por Danilo Santos de Miranda, diretor do Departamento Regional do Sesc/SP e condutor de um dos melhores trabalhos em gestão cultural privada da atualidade, estabelece que “o desenvolvimento não deverá limitar-se ao campo econômico (que é um meio); ele pressupõe que os objetivos do crescimento sejam definidos igualmente em termos de valorização cultural, de enriquecimento coletivo e individual, de bem-estar geral e preservação dos ambientes (urbanos e naturais)”. Desta forma, os resultados das políticas para a indústria cultural, como as das leis de incentivo à cultura (Lei Rouanet e Lei do Audiovisual, por exemplo), não

devem mitigar os esforços de uma política pública específica, com lógica própria, que valorize a diversidade por oposição à platéia, o novo por oposição ao trivial, o experimental por oposição ao convencional.

Um programa político norteado pelo conceito de **democratização da cultura** inclui não propriamente a seleção de conteúdos ou modos culturais a serem propagados – cultura erudita, cultura tradicional etc. – mas a predileção pelas manifestações culturais menos conformistas, menos conservadoras, menos reiterativas de valores instituídos, conforme Danilo Miranda. Neste segmento, alheio, resistente e convivente com os valores vigentes no mercado cultural, “o que importa é fomentar a ruptura, a insubmissão, a ousadia, a irreverência, a invenção, a experimentação, a pesquisa temática e formal, a sublevação, a exigência de qualidade, o ineditismo, o anticonformismo e o antidogmatismo”. Não estamos falando em larga audiência, em sucesso de bilheteria, abrindo mão da veledade de auto-sustentação. Nesse sentido, afirma que “democratização da cultura é um empreendimento que não pode ser levado a cabo, a não ser com a iniciativa e o apoio do Estado, secundado por instituições destituídas de finalidades lucrativas”, envolvendo o amplo aspecto destinado ao terceiro setor.

Em síntese, busca-se o envolvimento definitivo do aparelho governa-

mental com a sociedade civil, já organizada e realizadora de importantes intervenções culturais, definição das linhas de atuação direta e coordenação de atividades com outros ministérios, secretarias e entidades internacionais. Sabendo para o lugar que se caminha e quais os objetivos que se busca, a cultura será importante como elemento transformador da sociedade. Para dar ensejo a este programa, mais ainda importa a cultura ser vivenciada, colocada em experimentação direta pelo público, ao seu alcance, para que se tenha cidadãos críticos, informados e exigentes, que sempre coloquem à prova e provoquem nossa capacidade de formulador público ou privado de cultura.

1 Teixeira Coelho. *Dicionário Crítico de Política Cultural*. São Paulo, FAPESP/Iluminuras, 1997.

* **Fábio de Sá Cesnik** é advogado sócio do escritório “Azevedo, Cesnik e Salinas Advogados”, vice-presidente executivo do Instituto Pensarte, autor do livro *Guia de Incentivo à Cultura*, pela Editora Manole, e *Projetos Culturais*, na quarta edição pela Editora Escrituras.

Priscila Akemi Beltrame é diretora do Instituto Pensarte, advogada e está concluindo formação em Letras. Especializada em propriedade intelectual e relações internacionais. Coordenou a publicação de *Políticas Culturais*, organizada por Leonardo Brant, pela Editora Manole, e *Guia de Incentivo à Cultura*, de Fábio de Sá Cesnik, pela mesma editora.

Um olhar feminino

Por Gabriela Moulin

A cineasta paulista Tata Amaral é uma mulher marcante, como são suas personagens. Com um olhar sensível e uma câmera firme, ela levanta polêmicas com seus filmes e suas opiniões. A diretora de *Através da Janela* e *Um Céu de Estrelas* prepara seu terceiro longa, *Antônia*, que conta a história de uma mãe adolescente que sonha em ser rapper. Tata deixa, nesta entrevista, sua marca: fala da sua obra, do cinema brasileiro, de política cultural e da luta contra a miséria maior: “um povo sem imaginário, sem cultura”



Foto: Divulgação

Seus dois longas têm personagens femininas muito marcantes e às voltas com os homens e seus conflitos. O que você busca na construção destas personagens?

Busco explorar o feminino em seus muitos aspectos: desde o início da produção do meu segundo longa-metragem, decidi que faria uma trilogia sobre as três fases da mulher, na sua concepção arquetípica. Havia realizado *Um Céu de Estrelas*, que contava a história de uma cabeleireira que queria se livrar do noivo e da mãe, para ir a Miami tentar a

sorte num concurso de cabelos. *Através da Janela*, o segundo filme, contava a história de uma enfermeira aposentada, uma mãe que não queria largar do filho já adulto e que, às vezes, o confundia com um marido. Já havia filmado a mulher nas suas fases adulta (a Dalva de *Um Céu de Estrelas*) e a velha (a Selma de *Através da Janela*). Faltava a menina, a jovem, a virgem. Este é o projeto no qual me envolvo atualmente: *Antônia*, que conta a história de uma adolescente, que tem uma filha de um ano e quer cantar rap.

CULTURA

Existe uma curiosidade, ou melhor, uma preocupação em revelar tragédias?

Meu interesse não é revelar tragédias, mas trabalhar com a tragédia no seu aspecto estrutural: a tragédia consiste em estruturar uma narrativa de tal maneira que as forças em jogo desenvolvem conflitos insolúveis, interesses irreconciliáveis. Na tragédia clássica, tratava-se de escrever sobre os conflitos entre a Polis e a lei dos homens e a tradição, o arcaico, a lei dos pequenos “feudos” agrários. Para mim, a tragédia moderna está no desenvolvimento dos conflitos entre a tradição (o papel da mãe doadora incondicional ou da mulher cordata) e o moderno (a mãe que deixa de ter papel quando o filho cresce ou a mulher que quer ir em busca de seus anseios, por mais pueris que possam parecer). Quando digo que minha busca é estrutural quero dizer que estes conflitos movem o desenvolvimento da história.

Como foi o projeto do documentário *Vinte Dez*? E o contato com a comunidade hip hop?

A pesquisa com *Vinte Dez* foi muito reveladora: em primeiro lugar, tomamos contato com uma população adolescente que busca sua auto-afirmação, através da produção cultural. Este processo me pareceu extremamente positivo abrindo espaço para algumas produções originais. A grande novidade, para nós, foi a presença de um discurso positivo, onde os jovens repetiam: “Não basta reclamar, é preciso fazer alguma coisa. O que cabe a nós fazermos?”

A que se deve, na sua opinião, o crescimento dos movimentos de hip hop entre os jovens da periferia?

O hip hop é uma cultura de afirmação, eminentemente urbana, nascida às margens da indústria cultural dominante. Fenômeno recente e crescente entre as camadas jovens das populações que vivem nas franjas das metrópoles contemporâneas, a cultura hip hop engloba não só seus pilares básicos – música (rap), dança e grafite – mas ainda posturas pessoais e coletivas de

grande vigor e pertinência. Numerosa, essa juventude se organiza e se manifesta, marcando reação significativa às políticas econômicas globalizadas, que têm resultado em exclusão e alienação, em impossibilidade de acesso ao trabalho e à produção cultural. Vejo que estes jovens constroem sua identidade, sua cultura de afirmação e oposição ao *status quo* dominante.

Com o crescimento do hip hop nos Estados Unidos, um documentário foi o primeiro a levar esse universo para as telas. Depois, vieram muitos filmes de ficção sobre o tema. *Antonia* traz a idéia de filmar o hip hop como ficção?

Antônia é a história de uma menina, uma adolescente da periferia que busca sua identidade, seu lugar no mundo. O hip hop é o “ambiente” onde isto acontece, onde a história acontece. Não pretendo fazer um filme definitivo sobre o hip hop.

Você já está filmando *Antonia*?

Ainda não. Ano que vem. Agora estou preparando o roteiro e oficinas de interpretação com jovens da periferia.

Você excursionou com alguns de seus filmes, exibindo-os em praças públicas e universidades. Você acredita em formas de se aproximar do público em vez de apenas esperá-lo?

Acredito que devemos buscar o público onde ele está, sobretudo como reação da política de exclusão social perpetrada pelos sucessivos governos brasileiros e FMI, que resultou num estado de pobreza e miséria crônica da maioria da população. Maior miséria é um povo sem imaginário, sem cultura.

Como é ser cineasta no Brasil e produzir filmes que terão de competir com salas lotadas de filmes hollywoodianos?

Uma luta! Mas eu adoro esta luta, adoro viver em São Paulo e no Brasil. Aceito o desafio e sei que estou acompanhada. Somos milhões querendo a mesma coisa: nos expressarmos, refletir sobre nossa cultura, criar nossa própria poética.

Seus filmes são classificados como sucesso de crítica. Você acha que eles também são sucesso de público?

Acho que eles podem e devem ser sucesso de público: não são herméticos, falam de sentimentos familiares. Acho que para meus filmes serem sucesso de público eles precisam chegar ao público, em primeiro lugar.

O que você acha do projeto da Agência Nacional de Cinema (Ancine) e de projetos de incentivo à cultura por meio de verbas públicas?

O Estado tem toda responsabilidade pelo desenvolvimento da cultura de um país. Não se trata apenas de levar a produção cultural da classe média a toda a população, mas de criar meios para a população, como um todo, produzir e valorizar sua cultura. Acho ainda que o Estado deve se ocupar em incentivar através de diversos programas, direta ou indiretamente, a melhor formação cultural da população: afinal, não interessa um monte de gente produzindo um monte de porcarias.

Você acha que existe uma política cultural no Brasil?

Claro que existe: a política de cercar acesso à produção por parte da grande maioria para que ela simplesmente assista a produção daqueles que têm os meios de comunicação – as televisões, as grandes gravadoras, as grandes companhias estrangeiras. Trata-se de uma política que valoriza a passividade, que cria o espectador que deseja consumir ao contrário do espectador que reflete e cria ele também.

O que, para você, é a boa música, boa literatura e bom cinema brasileiros?

Aquelas obras que expressam o diálogo e as crises, que têm visceralidade, originalidade, não aquelas que buscam reproduzir conceitos estéticos e morais dominantes.

Em quem você vai votar para presidente nas próximas eleições?

Lula.

Livros, discos & afins

Encontro com o Brasil

Iluminogravuras
feitas por Ariano
Suassuna



Todo país precisa de um Ariano Suassuna. Se a cultura e a literatura podem ser consideradas indispensáveis para formar uma idéia de nação, Ariano pode ser considerado uma pedra angular nessa formação brasileira. Agora o escritor paraibano, naturalizado pernambucano, está de volta às prateleiras das livrarias com a reedição de quatro peças, há muito tempo esgotadas, pela José Olympio Editora. Nesta leva, estão sendo lançadas *O Santo e a Porca*, *o Casamento Suspeitoso*, *A Farsa da Boa*

Preguiça e Uma Mulher Vestida de Sol.

Sua peça mais conhecida, o *Auto da Compadecida*, foi publicada pela Editora Agir e também pode ser encontrada nas melhores livrarias. A obra deste romancista, poeta e dramaturgo tem raízes nas histórias populares, folguedos e cordel do Nordeste, mas suas histórias estão longe de ser regionais: carregadas de simbolismo, de humano, são universais. O casamento entre o popular e o erudito tem tido uma vida feliz nas mãos de Ariano Suassuna. Quem se deliciou com as imagens das adaptações para TV e cinema de *O Auto da Compadecida* e *O Santo e a Porca* deve ler Ariano – suas peças, seus romances, seus artigos.

Humor em dose dupla

Foto: Divulgação



O artista que ilustra a última página deste número da **Movimento** é antigo conhecido do movimento popular. Apesar de muito jovem, Márcio Baraldi já tem uma trajetória de respeito em publicações de sindicatos, associações,

ONGs e colabora em revistas como *Rock Brigade*, *Metalhead*, *Roadie Crew*, *Dynamite*, *Brazil* e *Tattoo*.

Recentemente, dois livros do Márcio chegaram às livrarias. O primeiro é *Moro*

num País Tropicão, uma coletânea da produção do chargista, que chega com prefácio de Luiz Inácio Lula da Silva e contracapa de Ziraldo. Um prato cheio para quem gosta de humor inteligente e engajado.

Já *Todas as Cores do Humor* é a primeira coletânea de cartuns relacionados com o público GLS no Brasil. O traço de Márcio Baraldi encara com humor 10 e preconceito zero o cotidiano, os temas e a vida dos gays. Vale a pena conferir.

Moro num País Tropicão –
Márcio Baraldi – 100 págs.
Editora Publisher Brasil –
www.publisherbrasil.com.br

Todas as Cores do Humor –
Márcio Baraldi – 96 págs.
Edições GLS – www.edgls.com.br

No ritmo do coco e do m

Em fevereiro de 2003, Olinda e Recife recebem a 3ª Bienal de Cultura e Arte da UNE, com mostras de teatro, vídeo, música, poesia, artes plásticas e um debate mais do que atual: como valorizar a cultura nacional?

Os projetos de cultura da UNE estão a todo vapor. Os Circuitos Universitários de Cultura e Arte (Cucas) estão se formando e se estruturando em todo país, e as etapas estaduais estão classificando trabalhos e projetos para a próxima Bienal de Cultura e Arte.

A 1ª Bienal de Cultura e Arte da UNE foi em 1999, em Salvador. Em 2001, o Rio de Janeiro abrigou a 2ª edição do evento. Agora, Olinda e Recife se preparam para receber a 3ª Bienal entre os dias 8 e 14 de fevereiro de 2003.

A idéia da Bienal sempre foi criar espaço para a difusão da produção artística que existe em abundância dentro das universidades e para a integração entre os trabalhos e grupos que pensam e produzem arte e cultura em todo país. É um espaço não só para mostras, mas também para abrir a discussão sobre cultura e criação.

Partindo dessa idéia de incentivo à discussão, o pessoal dos Cucas e a UNE sentiram a necessidade de focalizar mais os debates da Bienal. Pela primeira vez, a Bienal vai ter um tema específico em torno do qual seguirão os debates e apresentações. A 3ª Bienal vai tratar da valorização da cultura popular.



Maracatu

“Vamos aproveitar o fato de estarmos em meio à riqueza da cultura pernambucana, para discutir temas da cultura nacional. As expressões artísticas e folclóricas locais irão predominar na programação – vai ter maracatu, frevo, coco, recital de cordel, teatro de boneco e muito mais”, conta a atriz Ana Petta, uma das organizadoras da Bial.

Como nas outras edições, esta Bial vai se dividir em oficinas, mostras universitárias e apresentações de artistas convidados. Já está programada uma homenagem ao poeta Patativa do Assaré, morto em julho deste ano. Está sendo organizado também um encontro de rabequeiros com o famoso Mestre Salustiano, um velho mestre da rabeca. E o evento “Tambores das Nações”, que será um encontro de maracatus no Largo do Amparo, em Olinda.

“Estamos planejando estas apresentações folclóricas, mas não queremos dar um tom saudosista para a Bial. Nossa idéia é resgatar um pouco do espírito do movimento Mangue Beat, aliando a cultura de raiz e histórica com as novas influências”, explica Ana Petta. Maiores informações podem ser obtidas no site: www.estudentenet.com.br ou pelo endereço eletrônico: bial2003@uol.com.br

Com direito a Carnaval

Além disso, como a 3ª Bial vai acontecer duas semanas antes do Carnaval, a UNE está organizando um Bloco de Carnaval para os estudantes fo-

liões. E quem quiser e puder, tem a chance de ficar mais um pouquinho em Pernambuco aproveitando as praias e um dos maiores carnavais do país.

Nas duas bienais que passaram, muitos universitários e artistas já consagrados se apresentaram e ajudaram a construir este movimento de cultura da UNE.

Um grande artista que tem acompanhado esta trajetória é o músico e compositor Tom Zé. Ele enviou à **Movimento** uma mensagem eletrônica – falando sobre sua participação na Bial da UNE – que vale a pena reproduzir.

Com a palavra, Tom Zé: “Como outras comunhões de muita alegria de que participei e participo, o show da UNE foi conjunto, meu e do público, isto é, foi feito por gente *animada* (alô, revisor, favor deixar o itálico no prefixo “anima”, alma) pelo mesmo propósito. Sabemos que moramos num país incomum, bom, de recursos mágicos. Nós sabemos como fazer o país ser melhor. Era isso que dançava nos arranjos, e o pessoal compôs esses arranjos comigo em cada minuto da apresentação. Vocês podem, eu posso. Nós podemos”. E sobre a importância de iniciativas como a Bial: “É preciso mostrar o que a comunidade estudantil está fazendo. É vital aprovar, desaprovar, ver que poderia ter sido de tal ou qual jeito, ou continuar sendo doutro mais. Sem essa exibição não há como criticar, não há lugar pra reflexão, arrependimento, júbilo. A exibição permite o percurso”.

A UNE e os Cucas esperam artistas e estudantes em fevereiro de 2003 nas terras pernambucanas. Até lá.

Entre no clima

Saiba quais são as principais manifestações culturais de Pernambuco

Maracatu

É uma das principais manifestações folclóricas de Pernambuco. É um cortejo carnavalesco que dança ao som de instrumentos de percussão, acompanhando uma mulher que conduz uma boneca ricamente enfeitada, a calunga, na extremidade de um bastão.

Rabeca

Espécie de violino, com quatro cordas de tripa e sonoridade fanhosa, que se toca apoiando-o na altura do coração ou no ombro esquerdo. É um instrumento com reminiscências da rabeca medieval, vindo da Europa (Portugal) provavelmente durante os primórdios da colonização, passando por transformações e somando-se a elementos da cultura local.

Mangue Beat

Movimento musical surgido na cidade de Recife, no começo dos anos 90, quando bandas como Chico Science & Nação Zumbi e Mundo Livre S/A decidiram misturar a música pop internacional de ponta (o rap, as várias vertentes eletrônicas e o rock neopsicodélico inglês) aos gêneros tradicionais da música de Pernambuco (maracatu, coco, ciranda, caboclinho etc.).

Coco

Dança popular de roda, originária de Alagoas, e acompanhada de canto e percussão.

Frevo

De origem urbana, o frevo surgiu nas ruas do Recife nos fins do século 19 e começo do século 20, com origem nas marchas, maxixes e dobrados. A palavra frevo vem de ferver, por corruptela, *frever*, dando origem à palavra frevo.

Mestre Salustiano

Manoel Salustiano Soares, Mestre Salustiano ou ainda “o mestre do Maracatu Piaba de Ouro”, como é internacionalmente conhecido, é hoje uma das maiores autoridades em cultura popular pernambucana. Dos passos de maracatu em Aliança, onde nasceu, ao reconhecimento mundial, Salu tornou-se referência obrigatória para os novos artistas do Estado.

O resto você vai ver e ouvir em Pernambuco.



Ganhando ter

Com a interdição do estacionamento clandestino que funcionava no terreno da UNE do Rio, mais um passo importante é dado para reerguer ali a sede dos estudantes

O endereço da Praia do Flamengo número 132 foi palco de grandes episódios da história do movimento estudantil e do país. Ali funcionou, desde 1942, a sede da UNE. Naquele ano, no auge da Segunda Guerra Mundial, os estudantes invadiram o Clube Germânia, reduto dos nazistas no Brasil, e nunca mais saíram dali. Foram expulsos em 1964, quando o regime militar recém-instalado metralhou e incendiou o prédio. Em 1980, logo após a reconstrução da UNE, a ditadura demoliu o prédio. Ganhou a

batalha, mas não ganhou a guerra.

Em 1995, o governo federal cedeu oficialmente o terreno para a entidade dos estudantes. Mas ainda não foi o fim da guerra. Um estacionamento clandestino havia se instalado ali, e impedia a UNE de tomar posse do terreno na prática. Um passo definitivo para finalmente começarem as obras de construção do Centro Cultural projetado por Oscar Niemeyer, a pedido da UNE, foi dado. No último dia 31 de julho, a Prefeitura do Rio de Janeiro interditou o estacionamento, atendendo ao pedido de Marcelo Cerqueira, advogado da entidade.



Foto: Almor Filho/AE

Depois de longa batalha, a UNE retoma o terreno, mas só em julho deste ano foi interdito o estacionamento clandestino que lá funcionava. Os estudantes comemoram

Para Marcelo Cerqueira, essa vitória teve com certeza sabor especial. Em 1964, quando a sede da entidade foi metralhada, ele era vice-presidente da UNE. "Saímos pela porta dos fundos e, depois de alguns dias escondido, fui para o exílio no Chile", lembra ele. O advogado afirma que a interdição foi um passo importante para que o terreno volte definitivamente para as mãos da UNE.

2002

Fotos: Arquivo

1960

Na década de 60, a sede da Praia do Flamengo foi palco de muitas campanhas e abrigou o nascimento do Centro Popular de Cultura



1964

Em 1º de abril de 64, o regime militar metralhou e incendiou a sede da UNE e colocou a entidade na clandestinidade



1979

Logo depois que a UNE foi reconstruída, em 79, a ditadura demoliu o prédio, que na época estava de posse da Unirio

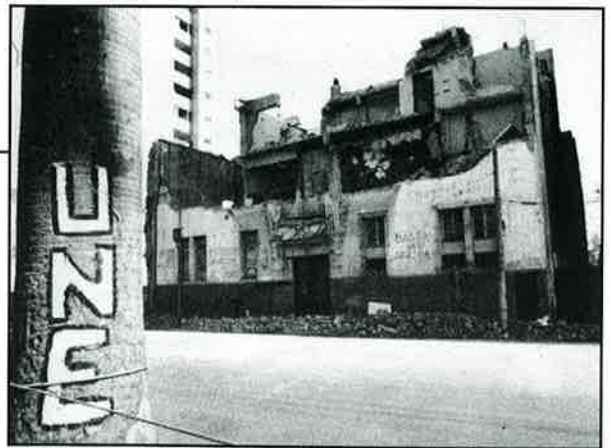
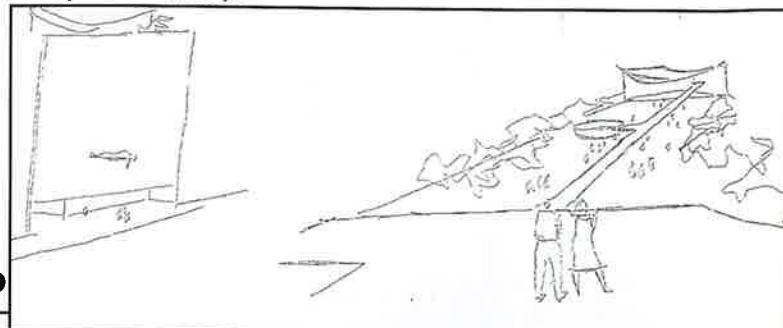


Ilustração: Oscar Niemeyer

Futuro próximo

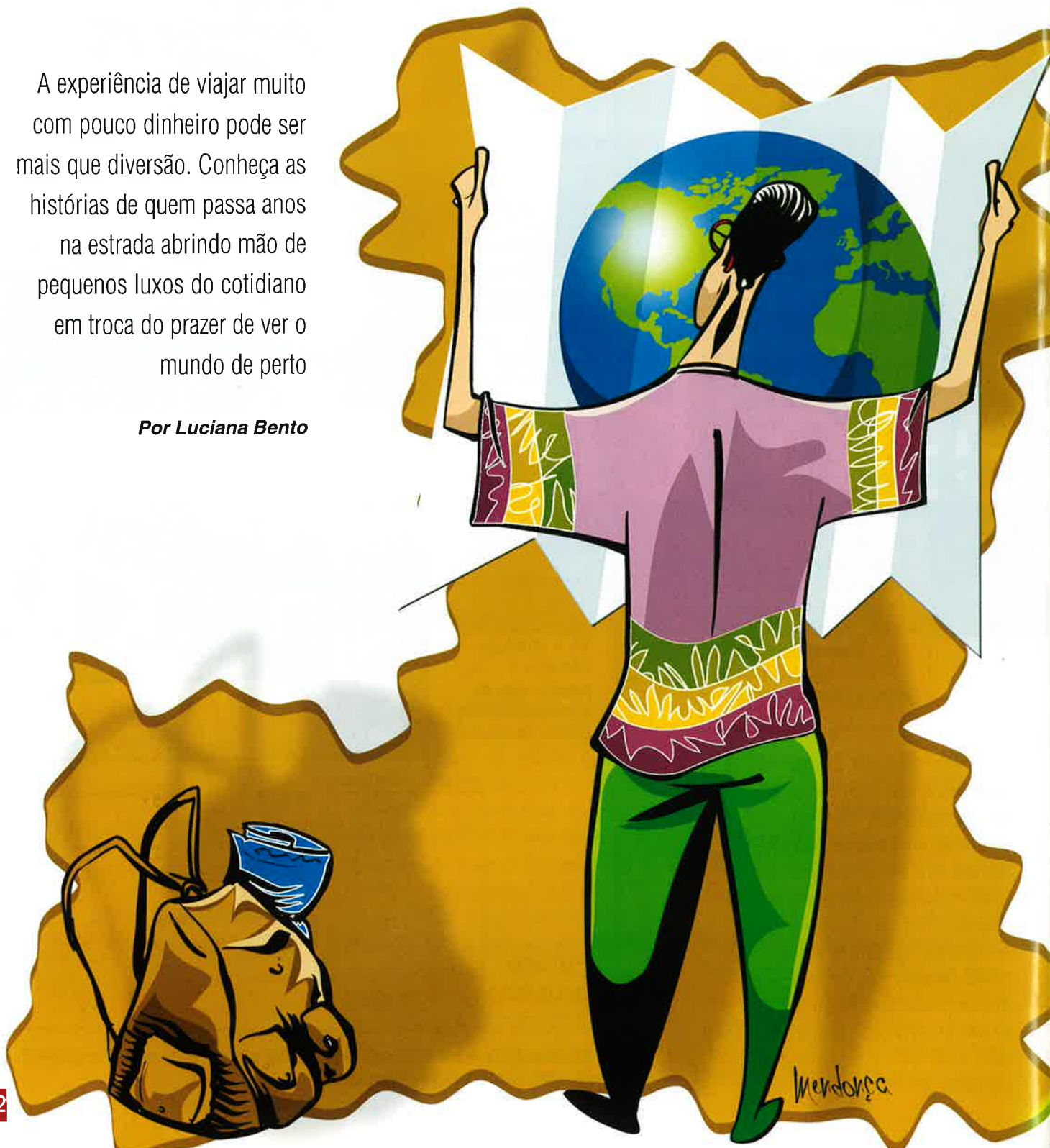


Em breve, na Praia do Flamengo nº 132, a nova sede e centro cultural da UNE, projetada por Niemeyer

Vida de mochileiro

A experiência de viajar muito com pouco dinheiro pode ser mais que diversão. Conheça as histórias de quem passa anos na estrada abrindo mão de pequenos luxos do cotidiano em troca do prazer de ver o mundo de perto

Por Luciana Bento



Viajar para você é um luxo, que só pode ser satisfeito com bastante grana? Ou é um sonho que só acontece uma vez por ano, nas tão esperadas férias? Quem sabe você é daqueles que aproveitam os pacotes turísticos da temporada, visitando os lugares sob medida, com grupo definido e guia em todos os passeios? Ou prefere praia, sol e contato com a natureza?

Seja qual for o seu estilo, botar o pé na estrada é sempre um prazer e é difícil encontrar alguém que não goste de dar uma fugidinha de vez em quando.

Mas tem gente que passa a vida assim, perambulando de um lado para o outro, por meses a fio. E não pense que estas pessoas têm muita grana, não. Elas viajam com pouco dinheiro e muita criatividade, abrindo mão de pequenos luxos do cotidiano em troca do prazer de conhecer o mundo.

Dormir em ônibus ou trem para economizar o dinheiro do hotel, comer sanduíche na hora do almoço, conhecer cidades inteiras a pé para não gastar com táxi e aproveitar os descontos que muitos museus, teatros e até companhias aéreas dão para estudantes são atitudes comuns na vida destes viajantes em tempo integral.

Arrumar pequenos trabalhos também faz parte do cotidiano de quem viaja muito e gasta pouco. Foi assim que a inglesa Eleanor West conheceu meio mundo, literalmente. Ela já passou temporadas na Ásia – onde conheceu a Índia, o Vietnã e o Camboja – e morou na Austrália e na Argentina, sempre trabalhando como professora de inglês.

“Passei dois anos juntando dinheiro pra viajar, depois de me formar em arqueologia aos 21 anos. Fiquei três anos fora, sem voltar ao meu país”, conta Eleanor, que agora está em São Paulo.

Bagagem na medida

Mas a vida de mochileiro não é para qualquer um. A regra número 1 é óbvia: levar pouca roupa e nenhuma tranqueira. Aqueles que não saem de casa sem o secador de cabelos, um sapato para cada noite e detestam usar roupa amassada já saem perdendo.

Outra coisa que não pode faltar ao mochileiro é o companheirismo. Só quem já viajou sem dinheiro sabe o que é encontrar alguém disposto a dividir o almoço ou a emprestar o mapa da cidade. Por isso é bom estar disposto a conhecer outras pessoas.

Mas isto não autoriza ninguém a dar bofeira por aí, já que espertinhos e mal intencionados existem em todo lugar. Por isso é fundamental cuidar de sua segurança, esteja onde estiver. Nada de deixar dinheiro à mostra nem confiar 100% em estranhos. Quem viaja com pouca grana precisa se garantir sozinho, já que não conta com a infra de pacotes turísticos ou guias de agências de viagem.

Isto sem falar no choque cultural, que pode deixar os desavisados em maus lençóis. “Já entrei em algumas roubadas, mas nada muito grave, que fizesse

se terminar a viagem. Em 1999 eu e minha namorada fomos atacados e roubados por uma etnia selvagem na Etiópia, os Oromo. Em 1996, no Iêmen, tomei uma dura de uns árabes fundamentalistas porque estava fotografando, sem saber, em um território proibido...”, conta o fotógrafo Caio Vilela.

Ele começou a viajar em 1987 e desde então não parou mais. “Mochilei muito, primeiro pelo Brasil e depois na América do Sul. Minhas primeiras mega mochiladas foram pela Bahia e pelo Nordeste, Amazônia, Peru, Bolívia e Patagônia”, conta.

Hoje, com 32 anos, Caio aliou sua paixão com a profissão. Ele continua viajando o mundo, em esquemas menos mochileiros, fotografando e escrevendo matérias para revistas de turismo. Sua última empreitada foi uma viagem para o Japão e a Coreia para retratar os países sede da Copa do Mundo para o jornal *Folha de S. Paulo*, entre outros veículos. Aliás, o antídoto mais eficaz contra roubadas é a informação. Muitas pessoas perdem a chance preciosa de visitar lugares baratos e interessantes por pura falta de conhecimento. E pra isso vale tudo: comprar guias de viagem, consultar a internet, perguntar para quem já foi...

Informar-se sobre descontos, lugares baratos para comer e hospedar-se, aproveitar passeios coletivos que muitos albergues oferecem, saber onde fica o mercado mais próximo e que ônibus pegar também ajudam e muito a economizar durante a viagem.

Um mundo de descontos

Neste quesito, a maior bobeira que um viajante descolado pode dar é esquecer a carteira de estudante em casa. Ela garante descontos em passagens aéreas, entrada de cinema, teatros, museus e até em livrarias e lanchonetes. Tudo depende dos convênios firmados no Estado para onde você vai viajar.

No Guia do Estudante (www.guiadoestudante.net) você

pode encontrar a lista de descontos que a carteira da UNE oferece em diversos estabelecimentos do Brasil. O guia lista, por enquanto, os descontos do Rio e de São Paulo, mas outros lugares estão sendo incorporados ao site.

Pra quem vai para o exterior a boiada é ainda maior. Muitos museus permitem a entrada gratuita de estudantes com carteira. Quer visitar o

museu do Louvre, em Paris? Apresente a carteirinha e ganhe desconto na entrada. O mesmo vale para o zoológico de Londres e o Universal Studios de Hollywood, entre outros lugares. Restaurantes, albergues, pousadas, lanchonetes e livrarias também engrossam a lista de descontos em mais de 90 países. A regra para usufruir dos descontos é uma só: perguntar sempre.

CABEÇAS PENSANTES POR MARCIO

BEM, COMO VOCÊS SABEM, AS FACULDADES TÊM O DEVER DE FORMAR BOAS CONSCIÊNCIAS, POR ISSO EM OUTUBRO VOCÊS VÃO TER A **AVALIAÇÃO MÁXIMA** DE APRENDIZADO!..



No Brasil
a luta dos
estudantes
tem endereço.



estudantenet

Site Oficial **UNE** e **UBES**



www.estudantenet.com.br



União Nacional
dos Estudantes